



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**THIAGO SANTOS GOIS**

**SERVIÇO SOCIAL E O ECOSSOCIALISMO: INTERLOCUÇÕES A PARTIR DA  
PERSPECTIVA MARXISTA**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2022**

**THIAGO SANTOS GOIS**

**SERVIÇO SOCIAL E O ECOSSOCIALISMO: INTERLOCUÇÕES A PARTIR DA  
PERSPECTIVA MARXISTA**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe – UFS, em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo Roberto Felix dos Santos

**SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2022**

**SERVIÇO SOCIAL E O ECOSOCIALISMO: INTERLOCUÇÕES A PARTIR DA  
PERSPECTIVA MARXISTA**

**THIAGO SANTOS GOIS**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social, na Universidade Federal de Sergipe – UFS, em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Nota: 10,0 (dez)

APROVADO EM: 23/11/2022

**BANCA EXAMINADORA**

Paulo Roberto Felix dos Santos

Prof. Dr. Paulo Roberto Felix dos Santos (Orientador)  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Carla Alessandra da Silva Nunes

Profa. Dra. Carla Alessandra da Silva Nunes (Examinadora)  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Tatiana Ferreira dos Santos

Profa. Dra. Tatiana Ferreira dos Santos  
Universidade Federal de Sergipe – UFS (Examinadora)

**Dedico o presente trabalho aos meus pais, os quais sempre cultivaram os processos de educação em nosso lar, e a todos os jovens, que sonham e lutam por um mundo mais democrático e justo.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da Vida, por toda fortaleza e consciência concebida através da fé.

Aos meus pais, que sempre acreditaram em meu potencial, apoiando-me, amando-me e cultivando os processos de educação em nosso lar.

Aos meus irmãos Eduardo e Renato, os quais tive a oportunidade de apresentar o mundo.

A minha tia Giselma e minha avó materna Josefa, que me receberam por um tempo em sua casa para que eu pudesse estudar e trabalhar.

A minha “grande família” por todo apoio e palavras de incentivo.

Às minhas supervisoras do trabalho de onde tirei condições materiais concretas para continuar estudando, Elaine Evangelista e Maria Izabel, pelo incentivo, compreensão e carinho ao entender as minhas necessidades de horários e dias de estudos.

Agradeço em especial ao meu orientador, Dr. Paulo Felix pelo carinho e cuidado ao me conduzir perante a luz da ciência.

Aos meus professores do Departamento de Serviço Social/UFS, em especial à Profa. Dra. Josiane Soares, que me mostrou as possibilidades existentes dentro da questão socioambiental.

A minha supervisora de estágio Paula Costa, responsável por me ensinar a ler e intervir na realidade concreta.

As professoras Dra. Carla Alessandra Nunes e Dra. Tatiana Santos por aceitarem a participação na banca e conseqüentemente por suas contribuições construtivas ao meu desenvolvimento acadêmico.

Aos meus companheiros(as) universitários(as), Jucimar, Joelma, Rebeca e Tairone, por toda a parceria, compreensão e solidariedade.

Ao canal do Youtube “Tese onze” nas pessoas de Sabrina Fernandes e Thiago Ávila, por me apresentar o Ecossocialismo.

À Universidade Federal de Sergipe, a única universidade pública do estado, pela oferta do elevado ensino.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para meu desenvolvimento em minha trajetória acadêmica.

Enfim, afirmo minha gratidão a senhora Edilaine Santos, cuja presença em minha vida contempla toda poesia presente na palavra “*companheira*”.

**“Se escolhermos uma profissão onde possamos trabalhar pelo bem da humanidade, não nos curvaremos perante suas dificuldades porque será um sacrifício em nome de todos. Não sentiremos uma alegria limitada, egoísta e pobre. Ao contrário, nossa felicidade pertencerá a milhões. Nossos atos terão uma existência silenciosa, porém eterna, e sobre nossas cinzas os mais nobres homens derramarão lágrimas sinceras”.**

**Karl Marx (1835)**

## RESUMO

A presente pesquisa intitulada, **Serviço Social e o Ecosocialismo**: interlocuções a partir da perspectiva marxista, teve como principal objetivo realizar reflexões críticas acerca da aproximação da teoria do Serviço Social com a teoria ecosocialista, tendo como ponto de partida a questão socioambiental. Por intermédio da pesquisa bibliográfica à luz do método histórico-dialético, investigaremos pontos de convergência existentes entre a teoria utilizada pelo Serviço Social e a teoria ecosocialista tendo como mediadora a teoria marxiana/marxista. O caminho traçado visa contextualizar a questão socioambiental em meio ao modo de produção capitalista sob a luz do conhecimento crítico elaborado no interior da profissão do Serviço Social, compreendendo a questão ambiental enquanto parte da questão social. A partir desse acúmulo, abordamos a crise ecológica na perspectiva da teoria ecosocialista, buscando apresentar suas principais características e categorias de análise. Posto isso, apresentamos em seguida movimentos de aproximações entre o Serviço Social e o ecosocialismo, criando assim caminhos para apresentar a teoria ecosocialista enquanto utopia concreta que contém pontos de convergência entre seu projeto societário e o projeto ético-político profissional (PEPP) do Serviço Social, com ênfase na potencialidade político-categorial do debate da justiça, podendo esta categoria profissional apropriar-se dessa teoria crítica e conseqüentemente realizar um movimento de fortalecimento do seu projeto profissional e de sua teoria social por meio do conceito ampliado de justiça socioambiental encontrado na teoria ecosocialista. A partir da certificação da potencialidade categorial que os princípios (democracia, cidadania, equidade, etc) que norteiam o PEPP tem em articulação às contribuições da teoria ecosocialista, a pesquisa demonstrou o quão pode ser profícuo esse permanente diálogo, tendo como ponto de articulação a base teórico-metodológica marxiana/marxista. Por fim. Dada a escassez de produção na área, a pesquisa revelou a necessidade de maiores aprofundamentos quanto ao tema.

**Palavras-chave:** serviço social; ecosocialismo; marxismo; questão socioambiental; justiça socioambiental.

## ABSTRACT

The present research entitled, *Social Work and Ecosocialism: Interlocutions from the Marxist Perspective*, had as main objective to carry out critical reflections on the approximation of Social Work theory with ecosocialist theory having as a starting point the socio-environmental issue. Through bibliographic research in the light of the historical-dialectical method, we will investigate points of convergence between the theory used by Social Work and the ecosocialist theory, having as mediator the Marxian/Marxist theory. The path traced aims to contextualize the socio-environmental issue in the midst of the capitalist production mode in the light of critical knowledge developed within the Social Work profession, understanding the environmental issue as part of the social issue. From this accumulation, we approach the ecological crisis from the perspective of ecosocialist theory, seeking to present its main characteristics and categories of analysis. That said, we then present movements of approximation between Social Work and ecosocialism, thus creating ways to present the ecosocialist theory as a concrete utopia that contains points of convergence between its societal project and the professional ethical-political project (PEPP) of the Service. Social, with an emphasis on the political-category potential of the justice debate, and this professional category can appropriate this critical theory and consequently carry out a movement to strengthen its professional project and its social theory through the expanded concept of socio-environmental justice found in the ecosocialist theory. From the certification of the categorical potential that the principles (democracy, citizenship, equity, etc.) that guide the PEPP have in articulation with the contributions of ecosocialist theory, the research demonstrated how fruitful this permanent dialogue can be, having as a point of articulation the Marxian/Marxist theoretical-methodological basis. Finally. Given the scarcity of production in the area, the research revealed the need for further research on the subject.

**Keywords:** social work; ecosocialism; marxism; environmental issue; socio-environmental justice.

## LISTA DE TABELAS

|                 |  |    |
|-----------------|--|----|
| <b>Tabela 1</b> | - Evolução da legislação ambiental brasileira por períodos (1930-2015) ..... | 42 |
|-----------------|--|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                 |  |
|-----------------|--|
| <b>ABEPSS</b>   | - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| <b>CFC</b>      | - Clorofluorcarboneto  |
| <b>CEFESS</b>   | - Conselho Federal de Serviço Social                           |
| <b>COVID-19</b> | - Coronavírus  |
| <b>CRESS</b>    | - Conselho Regional de Serviço Social                          |
| <b>ENESSO</b>   | - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social          |
| <b>MPC</b>      | - Modo de Produção capitalista                                 |
| <b>ONG</b>      | - Organizações não governamentais                              |
| <b>ONU</b>      | - Organização das Nações Unidas                                |
| <b>PEPP</b>     | - Projeto Ético-Político da Profissão                          |
| <b>TCC</b>      | - Trabalho de conclusão de curso                               |

## SUMÁRIO

|            |  |           |
|------------|--|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>11</b> |
| <b>2</b>   | <b>CAPÍTULO I - SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL .....</b>  | <b>21</b> |
| <b>2.1</b> | <b>A importância do debate da questão social para o Serviço Social .....</b>   | <b>22</b> |
| <b>2.2</b> | <b>Determinantes socioeconômicos e políticos da questão social e suas implicações para a questão socioambiental .....</b>  | <b>26</b> |
| <b>2.3</b> | <b>Crise ecológica e questão socioambiental - as respostas do capital à crise capitalista e ecológica .....</b>            | <b>35</b> |
| <b>3</b>   | <b>CAPÍTULO II: ECOSSOCIALISMO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO MARXISMO .....</b>    | <b>46</b> |
| <b>3.1</b> | <b>Elementos conceituais e históricos para a compreensão da teoria ecossocialista .....</b>                                | <b>48</b> |
| <b>3.2</b> | <b>Serviço Social brasileiro e sua aproximação com a perspectiva marxista .....</b>  | <b>53</b> |
| <b>3.3</b> | <b>Utopia coletiva: projetos societários existentes entre o Serviço Social, a teoria marxista e o ecossocialismo .....</b> | <b>65</b> |
| <b>3.4</b> | <b>Da Justiça Social à Justiça Socioambiental: Contribuições da teoria ecossocialista para o Serviço Social .....</b>      | <b>74</b> |
| <b>4</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>87</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>89</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a chamada “questão socioambiental” tem ganhado a cada dia mais abrangência no cenário mundial. A conjuntura atual nos faz pensar em alternativas de mediação que sejam capazes de equilibrar a produção de bens de consumo e a continuidade da vida planetária. Mas será que esse equilíbrio seria possível sob os marcos do modo de produção capitalista? Temos avanços tecnológicos nas indústrias e no campo, a velocidade de produzir é consideravelmente maior comparada a décadas atrás. Entretanto, esta velocidade também é perceptível em termos da degradação ambiental, ou seja, na poluição das águas, emissão de CFC<sup>1</sup>, desmatamento das áreas verdes, por meio dos processos de grilagem e queimadas<sup>2</sup>, no uso indiscriminado de agrotóxicos<sup>3</sup> na produção alimentícia, nas ampliações de produtos transgênicos<sup>4</sup> e, conseqüentemente, na extinção de algumas espécies da fauna/flora<sup>5</sup>.

É neste complexo tecido que surgem as supostas “saídas” da crise ambiental imposta pelo modo de produção capitalista, propondo medidas tais como: o uso de “tecnologias limpas”, “economia verde”, “consumo consciente”, ou seja, a implementação do chamado “desenvolvimento sustentável” ou, como já é conhecido,

---

<sup>1</sup> Clorofluorocarboneto, composto (cloro, fluor e carbono) que agudiza a problemática da camada de ozônio.

<sup>2</sup> Segundo programa de monitoramento de queimadas via satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Durante o ano de 2020 foram identificadas 222.798 focos ativos, enquanto no ano de 2019 tivemos 197.632 focos ativos. Disponível em: [http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas\\_paises/](http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/) Acesso em: 27 jan. 2021.

<sup>3</sup> Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou em abril de 2020 a nota técnica de número 65 na qual descreve sobre o uso de agrotóxicos em território brasileiro. A nota traz como referência o censo de 2017 em comparação com o censo de 2006. O Instituto afirma crescimento de 2,5 vezes a mais no uso dessas substâncias químicas quando comparamos 2006/2017. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200429\\_nt\\_disoc\\_n65.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200429_nt_disoc_n65.pdf) Acesso em: 27 jan. 2021.

<sup>4</sup> Edição nº 594 da Agência de notícias do senado federal brasileiro afirma que Brasil é 2º maior produtor mundial de alimentos geneticamente modificados. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/projeto-reacende-debate-sobre-alimentos-transgenicos/brasil-e-2o-maior-produtor-mundial-de-alimentos-geneticamente-modificados> Acesso em: 27 jan. 2021.

<sup>5</sup> Segundo a Agência Brasil, o Brasil tem 3.299 espécies de animais e plantas ameaçadas de extinção. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/IBGE-Brasil-tinha-3299-especies-em-risco-de-extincao-em-2014#:~:text=Segundo%20o%20estudo%2C%20das%20esp%C3%A9cies,como%20dados%20insuficientes%2C%20indicando%20a>. Acesso em: 27 jan. 2021.

o ecocapitalismo<sup>6</sup>. Contudo, ao analisarmos essas “saídas” para além da aparência, torna-se visível que as supostas “saídas” são apenas medidas paliativas que visam encontrar meios que garantam a ampliação e reprodução do capital, a partir de medidas adotadas em acordos internacionais que se transformam em mercadorias vendáveis.

Dessa forma, entendemos a questão ambiental enquanto a “incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários a reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizada pelo alto nível de produção e consumo”. (SILVA, 2010, p. 67). Corroborando assim para que possamos entender que a crise ambiental está ligada diretamente ao atual sistema de produção, ou seja, “a ‘questão ambiental’ e o modo capitalista de produção conformam uma unidade, não havendo, portanto, compatibilidade entre capitalismo e preservação ambiental”. (SANTOS; ACIOLY, 2015, p. 252).

Somando a isso, compartilhamos da concepção teórica que o Serviço Social tem como principal objeto de atuação a “questão social”, e que ela surge em decorrência da relação capital/trabalho a qual se desenvolve em todo tecido social, afetando principalmente a camada mais pobre da sociedade. Exposto isso, vale salientar que nessa perspectiva a questão socioambiental é uma expressão direta da “questão social”<sup>7</sup>, logo, esta se apresenta enquanto um objeto de pesquisa e atuação profissional.

É neste sentido que o Serviço Social se esforça para ampliar criticamente a compreensão genérica e os impactos causados pela “questão social”, limitando-se aqui a sua compreensão acerca da questão socioambiental a partir de estudos de categorias tais como: capitalismo, democracia, luta de classe, meios de produção, projetos societários, marxismo, justiça socioambiental e ecossocialismo. A dinâmica social é cada dia mais complexa, necessitando de estudos cada vez mais diligentes e inovadores.

Na tentativa de alcançar e ampliar tal compreensão, iniciamos a busca por escritos que, em consonância com o aporte teórico-metodológico do Serviço Social,

---

<sup>6</sup> Ao longo deste trabalho aprofundaremos melhor estes conceitos e seus direcionamentos ideopolíticos.

<sup>7</sup> Tendo em vista os limites da graduação e levando em consideração a perspectiva da totalidade que tem seus fundamentos assentados nos processos contraditórios do sistema capitalista e da produção teórica existente no interior da profissão, é que temos como pressuposto que a questão ambiental é uma expressão direta da “questão social”.

fossem capazes de introduzir leituras e releituras de nossa realidade social. É neste contexto que identificamos a teoria ecossocialista, uma corrente teórica crítica que, segundo Löwy (2013, p. 81), é uma “proposta estratégica, que resulta na convergência e a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista”. Esta teoria tem ganhado espaço em todo o mundo, e nos parecem pertinentes suas reflexões sobre a atual crise ecológica, pois “trata-se da crítica e da busca de superação da ecologia reformista, limitada que não aceita perspectiva socialista, que não se relacionam com o processo da luta de classe, que não coloca a questão da propriedade dos meios de produção.” (LÖWY, 2013, p. 81-82).

Desde o século passado o Serviço Social tem seus contornos críticos ancorados hegemonicamente no marxismo, esse movimento de incorporação impactou diretamente a forma pela qual a profissão compreende o presente e vislumbra o futuro, tendo como produto dessa aproximação a formulação de um Projeto Ético-Político da Profissão (NETTO, 1999; BRAZ & TEIXEIRA, 2009). Tal fato, a nosso juízo, pode favorecer uma aproximação entre os pressupostos e o PEPP (Projeto Ético-Político da Profissão) com a teoria ecossocialista, como pretende investigar a presente pesquisa.

Essa confluência pode favorecer e viabilizar possibilidades de estudos que tentem ainda que parcialmente, realizar pesquisas e aproximações entre o Serviço Social, a teoria ecossocialista e o marxismo, tendo como delimitações categorias teóricas derivadas da teoria social de Marx, bem como estudos de aproximação entre o projeto societário alternativo formulado pela teoria ecossocialista e o projeto profissional do Serviço Social, ambos mediados pelo aporte crítico.

Partindo desta perspectiva, pesquisadores e profissionais de Serviço Social podem acompanhar, estudar, produzir e identificar novas concepções teóricas que possibilitem a ampliação de abordagens teóricas e práticas, corroborando para o fortalecimento ou ganho profissional. Esse monitoramento se dá por meio de diversas ações que vão desde as produções científicas acerca das temáticas, a participações e posicionamentos políticos, desde que estes estejam alinhados com os instrumentos práticos, teóricos, técnicos, metodológicos e ideopolíticos do Serviço Social.

Logo, as reflexões acima nos levam a analisar algumas questões acerca da temática apresentada, as quais esta pesquisa se propôs a introduzir. Quais os pontos de convergências teórica entre a produção de conhecimento do Serviço Social e a teoria ecossocialista? Quais as contribuições que a teoria ecossocialista pode oferecer

para o fortalecimento da construção do projeto ético-político do Serviço Social?

As catástrofes ambientais tem se tornado cada vez mais frequentes e de natureza diversas, entretanto, todas coordenadas pela lógica irracional do produtivismo capitalista, onde o valor de troca subordina o valor de uso e, não obstante, subordina o valor da vida planetária. A questão socioambiental tem se tornado nas últimas décadas um campo gradativamente maior que demanda a cada dia a atuação dos assistentes sociais, seja no planejamento de ações socioambientais ou na atuação urgente das situações de calamidade pública.

É de suma importância e coerência que estudemos sobre as teorias que apreendam essa sociabilidade pelos seus fundamentos, com uma perspectiva de interpretá-la em sua radicalidade, que proponham uma ruptura radical com a ordem vigente, tal qual a proposta encaminhada pelo ecossocialismo, tendo em vista a hegemonia da tradição marxista no âmbito do projeto ético-político da profissão e o que essa perspectiva aponta em relação aos limites da sociedade capitalista. A produção de novos estudos acerca de teorias que tratam de objetos de estudos, pesquisa e atuação profissional do Serviço Social, é fundamental para se pensar em quais posicionamentos teóricos, metodológicos, éticos e práticos podem ser seguidos pela categoria em seus espaços socio-ocupacionais.

A minha aproximação crítica com a questão ambiental se deu no terceiro período da graduação, por meio da disciplina tópicos especiais em questão ambiental, ministrada pela professora e Dra. Jossiane Soares vinculada ao departamento de Serviço Social/UFS, vale salientar que sou o primeiro de toda minha árvore genealógica a ingressar em uma universidade. A disciplina proporcionou a oferta de materiais concretos que possibilitaram a resignificação da temática por meio da reflexão crítica acerca das expressões da “questão social” no âmbito ambiental. Tais materiais, possibilitaram a realização de uma leitura crítica da minha vivência comunitária, comunidade formada por marisqueiras e catadores (as) de caranguejos, povoado Arame II localizada na cidade de São Cristóvão/SE.

A reflexão acerca da comunidade onde resido desde o meu nascimento, acabou por criar uma mobilização coletiva formando assim, o coletivo Projeto As Margens do Rio que teve como objetivo debater a vivência comunitária com ênfase a visibilidade e construção da imagem social dos (as) catadores de caranguejos, tendo em vista a importância cultural desses agentes para construção da sergipanidade. Tal coletivo, atualmente se transformou no Instituto de Desenvolvimento Social dos

Catadores de Caranguejo de Sergipe, o qual estou na direção desde setembro de 2020.

O debate acerca da questão socioambiental é relativamente recente na literatura produzida no interior da profissão, assim, sendo perceptível a necessidade de um aprofundamento teórico que estruture posicionamentos e respostas às práticas profissionais. É seguindo esta lógica que a presente pesquisa e seus resultados se esforçaram em desenhar um percurso que apanhe os fundamentos socio-materiais dessa sociabilidade partindo de desencadeamentos de eixos concretos que adentram no aporte teórico profissional, fortalecendo as relações éticas e estimulando a relação entre Serviço Social e marxismo, na tentativa de encontrar zonas de convergência entre o projeto profissional do Serviço Social e a teoria ecossocialista, tendo como eixo de conexão a “questão social” da qual se estrutura os fundamentos da questão socioambiental.

Os resultados aqui dispostos podem levar a grandes impactos em termos de concepções teóricas que necessariamente influenciam no exercício profissional. Não podemos perder de vista que a atuação do assistente social está intrinsecamente ligada às demandas da classe trabalhadora<sup>8</sup>, assim atuando nos mais diversos campos socio-ocupacionais. Este fato viabiliza ao profissional uma ação necessária e educativa que vislumbre a realidade concreta para com a classe trabalhadora, pois acreditamos que somente por meio dela, como sujeito político coletivo, poderá ser realizado o movimento de supressão do sistema vigente. Estudo como esse pode viabilizar perspectivas de mudanças e aberturas de debate dentro da categoria, cabendo a maioria em processo democrático, decidir o caminho da profissão, colaborando assim, com a construção de diálogos que possibilitem a compreensão da atual dinâmica social que se insere a prática profissional.

Nesse sentido, analisamos as contribuições que a teoria ecossocialista pode oferecer para o fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social, ancorado em uma perspectiva crítica, tendo como ponto de articulação a teoria marxiana/marxista. Somando-se a isso, apresentamos no decorrer do desenvolvimento algumas das determinações que conformam a atual crise socioambiental partindo da abordagem crítica e sua relação com o Serviço Social. Discutimos a relação existente entre a

---

<sup>8</sup> “Observa-se que, a partir da década de 1980, ocorre o protagonismo de um Serviço Social crítico, aliado à classe trabalhadora e contrário ao sistema capitalista.” (BAIRRO; BULLA, 2017, p. 06)

teoria marxiana/marxista e a teoria ecossocialista e analisamos as zonas de convergências teórico-metodológicas existentes entre o horizonte crítico que fundamenta o projeto profissional do Serviço Social e a teoria ecossocialista, tendo como elemento mediador a teoria marxiana/marxista.

Levando em consideração todo o contexto até aqui desenvolvido, é que afirmamos a existência de concepções e categorias teóricas no ecossocialismo que de forma convergente em nossa concepção tenciona e fortalece o projeto profissional do Serviço Social. Em vista disso, percorremos uma linha de pesquisa rigorosa, que foi capaz de oferecer um caminho científico concreto, desvelando parte da alienação que cobre as implicações das aparências cotidianas.

Assim sendo, do ponto de vista metodológico, optamos por uma pesquisa bibliográfica, pois segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica pode oferecer ao pesquisador um maior leque de informação/conhecimento, desde que sejam selecionados os dados de forma cautelosa. A escolha do tipo de pesquisa justifica-se pela necessidade investigativa sobre a temática que tende a ganhar uma melhor dinâmica teórica, fato esse que permitiu um maior desenvolvimento na produção do conhecimento tendo em vista a produção inexistente acerca da problemática.

A inexistência da produção foi o principal ponto de dificuldade que encontramos no desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que, a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo requisitou de nós pesquisadores um volume considerável e diverso de material. Neste sentido, tivemos que realizar mudança de abordagem durante o caminho, a exemplo de deixar de analisar todos os princípios do código de ética do Serviço Social (1993) e suas conexões com a teoria ecossocialista; o tempo também foi outro ponto de dificuldade para se executar a pesquisa, pois consideramos que pesquisa desse cunho requer um recorte de tempo e dedicação maior.

Dessa forma, optamos uma pesquisa do tipo exploratória pois, “parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas” (GIL, 2008, p. 50). Esta escolha pode privilegiar elementos que proporcionou ao tema e as fontes previamente indicadas uma maior relevância social. Os levantamentos de dados foram realizados de forma qualitativa pois, segundo Severino (2007), esta escolha favorece o fortalecimento dos fundamentos epistemológicos, além de oferecer a análise das variáveis que o objeto de pesquisa possa apresentar sem deixar de lado sua complexidade.

No que se refere a coleta de dados e fontes de pesquisas, usufruímos de material impresso e principalmente devido o período adverso que a atualidade nos impõe (pandemia do COVID-19), utilizamos com maior intensidade material eletrônico de caráter constitutivo diferente tendo como: dissertações, teses, monografias, anais de encontros científicos (desde que esses possuam relevância para a temática aqui abordada), periódicos científicos, entre outros. Quanto ao local das fontes bibliográficas foi utilizado acervo impresso pessoal que se trata da temática e principalmente foi consultado bases de dados, sites e afins, canais eletrônicos, levando assim em consideração a importância da utilização de fontes eletrônicas na perspectiva da democratização do acesso ao material base utilizado.

A escolha de iniciar a pesquisa tendo como mediação a questão socioambiental foi uma escolha metodológica, tendo em primeira vista que esta é a categoria que dialoga de forma imediata com a teoria ecossocialista, uma vez que sua principal pauta está relacionada a questões socioambientais. Esse movimento metodológico objetiva localizar os leitores na cena do debate, trazendo o objeto da pesquisa para a realidade concreta do leitor.

Ao analisar a produção de conteúdo produzida acerca da questão ambiental, observamos que os autores utilizados (que são referências teórica do Serviço Social) mantiveram suas posturas críticas alinhadas a teoria social de Karl Marx. Nesse momento, passamos a pesquisa a aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx. Nessas condições, foi necessário realizar um corte temporal sócio-histórico e ideopolítico que ao fechar da pesquisa correspondeu entre a década de 1960, início da ditadura empresarial-militar à publicação do código de ética de 1993.

O estudo demonstrou o processo histórico e dialético da aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx, esta aproximação se deu através do processo de autoquestionamento, da autocrítica que nasceu na categoria profissional. Foi possível observar que o seu ingresso na universidade contribuiu significativamente para intensificação desse processo, como também, a influência do movimento de reconceituação latino-americano. A elaboração dos seminários de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré e Alto da Boa Vista (1984) tiveram suma importância no processo de pensar o exercício profissional, sua aproximação com a militância política no contexto de redemocratização do país e o processo de laicização são movimentos que demonstram a aproximação da teoria social de Marx ao Serviço Social, como afirma Netto (2015).

Após preparar todo esse corpo teórico, iniciamos as tentativas de aproximação entre o Serviço Social e a teoria ecossocialista, pois, nesse momento já temos dois pontos concretos de contato convergente entre as duas áreas do saber. O primeiro ponto está relacionado a convergência do diálogo sobre a questão ambiental e o segundo corresponde a natureza argumentativa utilizada por ambos ao apresentar a questão ambiental, à luz da teoria marxiana/marxista.

Neste contexto, realizamos aproximações entre o projeto societário ecossocialista e o projeto ético-político profissional do serviço social, tendo como mediação a teoria marxiana/marxista e observamos mais um ponto convergente entre as teorias, a teoria socialista. Foi notório que ambas teorias se alimentavam de elementos da teoria socialista enquanto plano alternativo de sociedade.

Analisar o projeto ético-político profissional do serviço social requer pensar nas dimensões políticas, éticas e metodológicas, bem como suas formulações teóricas. Nesse sentido, passamos a abordar os principais elementos contidos no código de ética da profissão de 1993 e identificamos elementos tais como: democracia, justiça, liberdade, cidadania e ética, enquanto elementos de convergência com a teoria ecossocialista, onde foi realizado debate textual com suas respectivas justificativas.

Com o objetivo de realizar uma aproximação maior entre o Serviço Social e a teoria ecossocialista, realizamos um movimento mais complexo, onde apropriando-se do código de ética de 1993, do princípio V, o qual narra principalmente sobre a justiça social enquanto um princípio fim da profissão, uma vez que a atuação do assistente social em seu exercício profissional deve estar diretamente voltada para contribuições acerca da promoção da justiça social, ainda que dentro dos marcos capitalistas.

Selecionamos os principais elementos que se inserem na categoria da justiça social, tais como: justiça, igualdade social, equidade social, emancipação política e humana e a relação existente entre elas. Apresentamos um conceito de justiça de origem liberal/democrata, do Serviço Social e da teoria ecossocialista. Continuamos com a discussão textual acerca dos elementos selecionados a partir do método materialismo histórico-dialético. Essa discussão proporcionou caminhos que possibilitaram a apresentação do conceito de justiça socioambiental para teoria ecossocialista e suas possíveis contribuições para o fortalecimento do projeto ético-político profissional.

No decorrer da pesquisa encontramos algumas dificuldades, entre elas está a inexistência de material que relacione a produção de conhecimento do Serviço Social

à teoria ou elementos da teoria ecossocialista. Somando-se a isso, tivemos no tempo disponibilizado para a execução da pesquisa e na conjuntura política, social e econômica que o cercou, a dificuldade de adequar todos os objetos de estudo inicialmente pretendidos. A pretensão inicial da pesquisa era realizar uma tentativa de aproximação entre a teoria em questão e todos os princípios existentes no código de ética (1993), mas só foi possível realizar tamanha aproximação com riqueza de detalhe com o princípio V – A justiça social.

Dessa forma, categorias como democracia, cidadania, igualdade social, liberdade, pluralismo, direitos sociais, autonomia, autoritarismo e discriminação, não foram debatidas ou não tiveram sua discussão teórica aprofundada por este estudo. Nesse sentido, essas categorias se configuram enquanto uma necessidade de pesquisa que visa complementar/continuar o presente trabalho.

Levando em consideração a inexistência de produção acerca do objeto de pesquisa deste trabalho e que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como principal característica a iniciação de produção de conhecimento científico, logo, delineamos limites das fontes de estudos. Trabalhamos com dois eixos; 1) A relação existente entre “questão social” e questão socioambiental no Serviço Social partindo da perspectiva marxista; 2) A produção de conhecimento sobre a crise socioambiental na teoria ecossocialista e sua relação com o marxismo, identificando características, fundamentos e categorias que se configuraram enquanto pontes entre a teoria ecossocialista e o projeto ético-político do Serviço Social tendo como base o horizonte marxista/socialista.

Não obstante, a escolha por uma pesquisa bibliográfica nos ofereceu um leque de possibilidades e quantidades, o que nos trouxe um desafio para execução da investigação devido ao tempo limitado que o TCC nos apresenta. Levando essa característica em consideração, decidimos diminuir a quantidade de material base a ser trabalhado, assim priorizando o aprofundamento e detalhamento dos textos escolhidos. No que se refere a escolha do material priorizamos referências que trabalharam categorias centrais que estruturam a presente pesquisa, como: “crise socioambiental”, “Serviço Social”, “ecossocialismo” e “projeto societário”, marxismo, cujo critério de seleção foi estabelecido pela acessibilidade, tendo em vista a escassez de materiais sobre o tema.

A análise de conteúdo foi a técnica aqui utilizada para observação dos dados encontrados, pois segundo Deslandes, Cruz Neto e Gomes (2009), esta técnica

permite a verificação das hipóteses, as questões e as descobertas que o conteúdo pode vir apresentar ultrapassando suas aparências. A categorização enquanto uma técnica metodológica é fundamental, uma vez que ela facilita o agrupamento de conteúdo pré-alinhado com os objetivos fins da pesquisa, nos permitindo um melhor desenho da fundamentação teórica e uma análise concreta dos resultados da mesma.

Ademais, todo conteúdo foi analisado sob a luz do método materialista histórico dialético desenvolvido por Karl Marx, assim, partindo da categoria da totalidade, o que promoveu uma maior aproximação com a realidade concreta acerca da temática.

Com o intuito de apresentar o produto fim desta pesquisa, dividiremos o material em dois capítulos. O capítulo primeiro nomeado, *Serviço Social, Questão Social e Questão Socioambiental*, onde analisamos a questão socioambiental enquanto parte integrante da “questão social”, suas características e aspectos centrais, suas metodologias e linhas de análise crítica onde vem sendo aplicada, bem como os conceitos e abordagens históricas que tivemos sobre a questão socioambiental.

O segundo capítulo, *Ecosocialismo e projeto ético-político do Serviço Social – Contribuições a partir do marxismo*, enfatizamos a busca de conhecimento sobre o que é a teoria ecosocialista, sua relação com a questão socioambiental, suas principais categorias abordadas, características e aspectos teóricos. Além de analisarmos qual a sua relação com a teoria crítica desenvolvida por Karl Marx.

Em consequente, discutimos os pontos de convergências entre o projeto profissional do Serviço Social e o projeto societário ofertado pela teoria ecosocialista, analisando as principais categorias, características e aspectos teóricos encontrados nas duas teorias, como também, abordamos a possibilidade de fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social por meio da contribuição teórica do projeto societário revolucionário dos ecosocialistas, tendo no conceito de justiça socioambiental, um dos principais pontos de contribuição da teoria ecosocialista para o fortalecimento do Projeto Ético-político da profissão.

Diante do exposto, entendemos que este trabalho ao estudar o ecosocialismo e ao realizar tentativas de aproximações com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, acaba por criar uma nova possibilidade de linha de pesquisa, fato que contribui para o fomento da produção de conhecimento científico inovador. Ademais, objetivamos introduzir o debate acerca da temática, colaborando com a construção de novas análises realizadas a partir do pensar/crítico do Serviço Social brasileiro.

**2 CAPÍTULO I - SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO  
SOCIOAMBIENTAL**

Neste capítulo, abordaremos três discussões teóricas que se configuram de suma importância para materialidade desta pesquisa. Iniciaremos realizando uma reflexão crítica acerca da importância do debate da “questão social” para o Serviço Social brasileiro, com isso, objetivamos realizar essa discussão por meio de um resgate conceitual a respeito da “questão social” e histórica a medida em que a aproximamos com a historicidade do Serviço social brasileiro e suas influências, tendo como horizonte de discussão a teoria marxista.

Com base nessa discussão, avançaremos para o debate de alguns dos determinantes socioeconômicos e políticos que fundamentam a “questão social” e suas implicações para a questão socioambiental. Para tamanho debate, nos nortearmos por meio da teoria marxiana, mais especificamente refletiremos acerca da lei geral da acumulação desenvolvida por Karl Marx (1984), logo, entenderemos o modo de produção capitalista enquanto a força motriz que conforma e agudiza a “questão social” gerando o pauperismo, e, conseqüentemente, agravando a questão socioambiental.

Com tais elementos consolidados, se torna viável a argumentação crítica sobre a crise ecológica e questão socioambiental, tendo em vista as respostas do capital à crise capitalista e ecológica. Partiremos nossas discussões inicialmente baseadas nas contribuições realizadas por István Mészáros (2011), a respeito da crise do capital contemporâneo e suas conseqüências que estruturam e agravam a crise ecológica mundial. Buscaremos apresentar as principais respostas do capital para “solucionar” tamanha crise que ameaça a vida planetária. Ademais, é nesta conjuntura política, social e econômica em tempo de crise e ameaça constante da vida, que esta seção se dedica em refletir sobre tamanha temática por meio do pensar crítico ancorado e construído no interior do Serviço Social.

## **2.1 A importância do debate da questão social para o Serviço Social**

Para melhor entendermos a relação entre questão socioambiental e Serviço Social, trata-se importante aprendermos o lugar do debate da questão social para a profissão e suas implicações teórico-políticas. O debate sobre a “questão social” é incorporado através das ciências sociais em virtude dos desdobramentos sócio-

históricos advindos da revolução industrial<sup>9</sup> que traz consigo efeitos sociais complexos que agudizam as relações sociais, econômicas e políticas. Historicamente, a definição do conceito da “questão social” esteve sempre no palco de disputa teórico-política, sobretudo pela mediação dos interesses das classes no âmbito do desenvolvimento capitalista. Aqui nos limitaremos ainda que em caráter introdutório, a dois vieses que tentam trazer contribuições acerca da conceituação da “questão social” e que incidem sobre determinadas polêmicas no interior do Serviço Social.

Na literatura disponível podemos observar no âmbito do debate conservador, dentre outros, a exposição de autores como Castel (1998 e 2000) e Rosanvallon (1998), representantes da tradição sociológica durkheimiana francesa, e que trazem a concepção do surgimento, na atualidade, de uma “nova questão social” escorando-se na mudança estrutural, social e econômica ocorrida nas últimas décadas e seus impactos no “mundo do trabalho” contemporâneo. Esses impactos teriam mudado de forma substancial o modo como a humanidade se relaciona e mediam seus valores, como o da solidariedade.

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social para além do mundo do trabalho propriamente dito (CASTEL, 2000, 239-240).

O autor parece nos apresentar uma concepção abstrata acerca da “questão social”, integrando ao surgimento de uma “nova questão social” quando comparado com os impactos do seu aparecimento entre 1830 e 1848. Castel, ao analisar essas novas expressões, parece desconsiderar seu surgimento e seus processos históricos ligados às metamorfoses cíclicas do capital, ignorando sua natureza e reforçando um discurso reformista e incapaz, portanto, de superar a miséria e o pauperismo resultantes das contradições socioeconômicas e políticas do processo de

---

<sup>9</sup> “A Revolução Industrial consistiu nas transformações intensas e profundas do processo de produção que ficaram explicitadas pela substituição da energia humana pela energia motriz não humana (como hidráulica, eólica, e, principalmente, a vapor), pela superação da oficina artesanal (doméstica, manufatura) pela fábrica (maquinofatura) e pela consolidação da existência de duas classes sociais: a burguesia (proprietária e exploradora dos meios de produção) e os trabalhadores juridicamente livres (vendedores de sua força de trabalho)”. (SANTOS; ARAÚJO. 2016, p.37)

desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista (MPC), buscando saídas imediatas para momentaneamente amenizá-las.

O autor, ao falar do desmonte do sistema de proteções e garantias, desestabilização do emprego, parece não levar em conta a crise mundial do capital nos últimos 30 anos do século XX e de sua resposta ao Estado de bem-estar social, cenário para o qual conferiremos melhor delineamento mais adiante, bem como algumas das repostas do capital ao cenário de crise. A precarização das políticas sociais, precarização das condições de trabalho e minimização da intervenção estatal, são elementos fundantes que contribuem para o quadro de precarização social globalizada.

Por outro lado, em contraponto a esta primeira perspectiva, destaca-se no interior do Serviço Social as contribuições da análise marxiana quanto ao fenômeno da chamada “questão social” e seus fundamentos ancorados no desenvolvimento capitalista. Dentre outras produções mais recentes no âmbito do Serviço Social, convém destacar o impacto que a obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” (1982), escrita por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, teve para a apreensão dos fundamentos da profissão e sua conexão com as determinações que conformam a “questão social”. A obra trouxe um debate sobre os fundamentos da profissão, tendo como base de mediação a questão já citada.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso ao cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia [...] (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.83-84).

Observamos que os autores englobam a “questão social” no processo de luta de classes, que está inserida na relação capital/trabalho. Desse modo: “Compreender a ‘questão social’ como expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista é uma clara inflexão nos fundamentos do debate instaurado pelas ciências sociais” (SANTOS, 2008, p. 26).

A “questão social” pode ser considerada o principal campo de atuação teórico-prática dos assistentes sociais, de modo que o tema ganha grande relevância social no quadro global, e designa desde seu surgimento um novo modelo de sociabilidade estabelecido pela relação capital/trabalho em períodos de grandes monopólios de riquezas, em face da distribuição desigual e combinada.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial [...]. É nesse contexto, em que se afirmar a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge, sob novas formas, a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.83).

É partindo desse pressuposto histórico de reconhecimento da “questão social” que se gesta uma nova perspectiva de atuação para os assistentes sociais pautada na democratização do acesso ao direito, no enfrentamento das mazelas sociais e na luta pelo fortalecimento das políticas sociais que atendam às necessidades concretas impostas pela ordem vigente, ainda que nos seus limites.

A releitura crítica acerca do assunto acabou por abrir caminhos e horizontes de abordagens teóricas e práticas no interior da profissão. Desse modo, a importância do debate da “questão social” em meio ao Serviço Social dá-se que sua teorização se constituiu como “parte significativa do que viria a ser o mercado de trabalho, não só de assistentes sociais, mas, também de outras especialidades do trabalho coletivo [...]” (SANTOS, 2008, p. 28).

A teorização crítica da “questão social” nos mostra uma concepção genérica acerca desse fenômeno, tendo em vista que o termo é utilizado para se referir a um conjunto de elementos (expressões) sociais que caracterizam desde 1830 a forma de sociabilidade e modo de enfrentamento utilizados. Nessa perspectiva a temática em si, a partir dessa concepção, não existe na realidade, e assim sendo, deve ser entendida como um conceito – cuja natureza é reflexiva, intelectiva – e não como categoria.” (SANTOS, 2008, p. 27).

Essa concepção teórica adentra o interior da profissão principalmente nos últimos 20 anos do século XIX e essa apropriação traz mudanças profundas nos marcos legais da profissão, a exemplo das mudanças ocorridas no código de ética de 1993 e principalmente nas diretrizes curriculares de 1996. Essas mudanças são reflexos da consequência de uma concepção teórica crítica alinhada com a nova matriz teórico-metodológica da profissão tendo agora um maior entendimento da abrangência do seu fazer profissional. Parece-nos, então, que para avançarmos em seguida no debate sobre a chamada “questão socioambiental”, é necessário

apreendermos com maior cuidado alguns dos condicionantes que determinam a “questão social”.

## **2.2 Determinantes socioeconômicos e políticos da questão social e suas implicações para a questão socioambiental**

Para que possamos entender como os determinantes socioeconômicos e políticos demonstram a intensificação da “questão social” será necessário que retornemos as leituras sobre a chamada “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, no capítulo 23, do livro *O Capital* de Karl Marx (Marx, 1984, p.44). Assim: “O processo de acumulação do capital significa, portanto, o uso ampliado de meios de produção e força de trabalho para a produção crescente de mercadorias”. (LIMA, 2010, p. 89). A ampliação do capital na escala mundial por meio da crescente inserção de tecnologia acaba por criar o processo de mais-valia relativa<sup>10</sup> por meio de investimentos de trabalho morto<sup>11</sup>. Processo esse que resulta em um menor tempo de trabalho e principalmente na desvalorização social do trabalho vivo.

O acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menos tempo de trabalho para reprodução dessa última (MARX, 1984, p. 44).

Esse processo de desvalorização soma-se a um fenômeno no que se refere a “questão social” pode ser considerado um dos principais fatores de clivagem encontrados ao analisar o modo de produção capitalista: o exército industrial de

---

<sup>10</sup> Quando a extração da mais valia absoluta atinge seus limites, a alternativa para o aumento do valor total do que cada trabalhador produz é dividir a mesma quantidade em proporções mais favoráveis ao capital, ou seja, manter a mesma duração da jornada de trabalho e redividi-la de modo a obter mais mais-valia a ser apropriada pelo capital. Isso exige a redução do tempo de trabalho necessário, ou seja, uma redução no valor da força de trabalho. Essa é a extração da mais-valia relativa, que pode ocorrer segundo dois modos: ou se reduz a quantidade de valores de uso consumidos pelo trabalhador, ou se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mesma quantidade de valores de uso. (BOTTMORE, 1988, p. 363)

<sup>11</sup> O termo trabalho morto é utilizado por Marx (2017) para designar o trabalho realizado pelos meios de produção, neste caso os maquinários. “Quando o dinheiro do capitalista é transformado em meios de produção, estes são imediatamente transformados numa prerrogativa que habilita o capitalista a valer-se do trabalho e do trabalho excedente dos outros, prerrogativa essa justificada pelos direitos da propriedade privada e assegurada, em última análise, pelas forças coercitivas do Estado capitalista. Essa inversão da relação entre trabalho já objetificado nos meios de produção, ou trabalho morto”. (BOTTMORE, 1988, p. 473)

reserva. “Assim, a própria dinâmica do capitalismo atua no sentido de criar uma superpopulação relativa flutuante ou exército industrial de reserva” (MARX,1984, p. 45).

O exército industrial de reserva representa elemento estrutural indispensável ao modo de produção capitalista e daí sua incessante reconstituição mediante introdução de novas técnicas, o que torna essa constituição independente do crescimento vegetativo da população. O exército industrial de reserva funciona como um regulador do nível geral do salário, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e preferência, situando-o abaixo desse valor. Outra função do o exército industrial de reserva consiste em colocar à disposição do capital a mão-de-obra suplementar de que carece nos momentos de brusca expansão produtiva, por motivo de abertura de novos mercados, de ingresso na fase de auge do ciclo econômico etc. (MARX,1984, p. 45)

Essa superpopulação relativa<sup>12</sup> é uma amostra concreta da miséria social, onde a camada de desempregados engrossa a onda do pauperismo sobre o globo terrestre de forma densa e rastejante. Nesse sentido, podemos entender o exército industrial de reserva enquanto um elemento estrutural do capitalismo, resultante dos processos de exploração da força de trabalho, por meio da extração de mais-valia e vitalidade do sistema capitalista.

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. – , cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as

---

<sup>12</sup> “A existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva. [...] Acrescente-se a isso a importação de força de trabalho das áreas onde o desemprego é alto e a mobilidade do capital para áreas em que são baixos os salários, processos que servem para restabelecer a relação “adequada” entre o capital e a superpopulação relativa”. (BOTTOMORE, 1988, p. 234-235)

fábricas químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. (MARX, 2014, p. 719).

Nos moldes da produção capitalista, o homem deixa de ser a peça central, o elemento motriz, e sua inserção no meio produtivo estará condicionado aos níveis tecnológicos utilizados pelos mercados. Nesse sentido, podemos afirmar que o trabalho morto em meio a esses parâmetros se sobrepõe ao trabalho vivo, emerso em uma relação social coisificada, nos termos de Lukács (2012). Resultante do contínuo processo de reificação, por meio da exploração da força de trabalho, temos a reprodução do pauperismo em escala cada vez mais ampliada, a partir das legalidades próprias ao desenvolvimento capitalista. Tem-se assim:

A lei segundo a qual uma massa cada vez maior de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser posta em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana, é expressa no terreno capitalista – onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas estes o trabalhador – da seguinte maneira: quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação, e tanto mais precária, portanto, a condição de existência do assalariado, que consiste na venda da própria força com vistas ao aumento da riqueza alheia ou à autovalorização do capital. Em sentido capitalista, portanto, o crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho num ritmo mais acelerado do que o da população produtiva se expressa invertidamente no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital. (MARX, 2014, p. 720)

Como resultante desse processo temos o pauperismo, que na realidade concreta se traduz no aumento exacerbado da fome, do desemprego, da miséria, adoecimento em massa, medicalização da vida, que se associando à forma pela qual estabelece-se a relação sociedade e natureza sob a égide do capital, resulta no intensivo processo de destruição ambiental. Esse aumento ocorre no momento histórico onde o homem por meio do uso da tecnologia supera seu déficit de produção, mas, a sua apropriação privada restringe a distribuição dos bens socialmente produzidos, elevando-se assim os níveis de desigualdade social.

É notória a conexão existente entre a “questão social” e a lei geral de acumulação, fato esse que nos permite desvendar os determinantes socioeconômicos

fundantes do MPC que se deságua no fortalecimento das expressões da “questão social” e conseqüentemente da questão socioambiental sendo está um reflexo da primeira.

[...] a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital: a incorporação pelos capitalistas das inovações tecnológicas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, empregado na força de trabalho. (SANTOS, 2008, p. 29)

Netto (2001, p. 42) afirma que:

[...] a “que expressão estão social” surge para dar conta do fenômeno mais evidente da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII; trata-se do pauperismo.

O autor ainda afirma que esse fenômeno tem como principal efeito o aumento da “desigualdade entre várias camadas sociais” e que “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42).

[...] nesta lógica encontra-se o cerne da “questão social”, que remonta o capitalismo quando, no desenvolvimento das forças produtivas, a escassez, até então existente, poderia ser solucionada com a igualitária distribuição dos meios de produção e da produção em si. É preciso mencionar que antes do surgimento das relações capitalistas de produção, já existia a pobreza. Entretanto, um “divisor de águas” que a diferencia antes e depois da emergência do capitalismo é o fato de que a escassez distributiva que determinava aquela pobreza era ocasionada, fundamentalmente, pelo baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas. (MENDES; SANTOS, 2011, p. 02).

O pauperismo enquanto um fenômeno socialmente produzido pode ser considerado uma amostra real das “vísceras” do capitalismo, onde temos o aumento da produção de bens e serviços duráveis e não duráveis em consonância com o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas, mas, contraditoriamente temos até os dias atuais nas mesmas proporções a miséria da classe produtora<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup>Segundo pesquisa publica pelo IBGE o Brasil possui 52 milhões de pessoas que compõe a linha de pobreza do país e 13 milhões na linha de extrema pobreza. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/12/ibge-brasil-tem-quase-52-milhoes-de-pessoas-na-pobreza-e-13-milhoes-na-extrema-pobreza.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2021.

[...] com a gênese do capitalismo, as forças produtivas se desenvolveram a tal ponto que o pauperismo que nele se reproduz nada tem a ver com escassez e sim com a riqueza concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população – que não é a principal responsável pelo trabalho como a grande massa de operários – encontrando-se nessas mediações a gênese da “questão social”. (MENDES; SANTOS, 2011, p. 02).

Dessa forma, entendemos aqui a “questão social” em seu sentido ontológico, considerando todo processo histórico desenvolvido pelo homem em suas diversas fases e crises. Sendo assim, ela pode ser entendida enquanto um:

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre” que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal [...] Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

Vislumbramos assim, que a “questão social” se exterioriza em meio as relações sociais concretas, erguendo-se por meios de múltiplas expressões e níveis de desigualdades cada vez maiores. A ampliação do capital em larga escala dilata a amplitude dos fundamentos da desigualdade social, sobretudo da desigualdade de classe. Todavia, esta não se limita unicamente a este tipo de disparidade, podendo ser encontrada nas relações políticas, culturais, raciais, de gênero e ambientais.

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2012, p. 210).

No que se refere a questão socioambiental se faz necessário relacionar os processos advindos da mais recente crise capitalista e seus reflexos no chamado “mundo do trabalho” com a degradação ambiental, pois, entendemos que não existe

uma apreensão das determinações da questão socioambiental quando a análise é deslocada para fora das condições estruturais que delineiam as particularidades dessas determinações e, conseqüentemente do mundo da produção capitalista. Nesse sentido, é necessário entender que:

[...] a classe trabalhadora, o trabalho – mediação fundante do ser social e de sua relação com a natureza – assume a dimensão de trabalho alienado/estranhado e deixa de ser um meio de satisfação de suas necessidades e passa a ser um meio de satisfação de necessidades alheias. Aqui, pode-se vislumbrar uma estreita ligação entre a alienação do trabalho e a degradação ambiental, tendo em vista que decorrem da exploração do ser humano pelo próprio ser humano. Logo, compreender a questão ambiental requer considerar que essa possui causas econômicas e políticas. (MENDES; SANTOS, 2011, p. 09).

Seguindo a lógica do capital, a busca insaciável pelo aumento das taxas de lucros vem causando efeitos nefastos e até irreversíveis no que se refere a exploração descontrolada de recursos naturais. A cada dia os índices de degradação e conflitos socioambientais passam por patamares maiores, a busca pela produção de bens de consumos desenfreada, aliada a altas taxas lucros e a apropriação indevida de recursos naturais, tem nos levado a encontros de crises ambientais mortíferas por todo o mundo.

Compartilhando o discurso de Rafael (2008), a busca pela permanente lucratividade nos revela a dialética existente entre o homem/natureza, que se manifesta de forma contraditória a partir do conflito entre esgotamento de recursos naturais (matéria prima) e a ampliação e reprodução do capital. Nessa perspectiva, observamos a contradição existente entre apropriação privada, a avidez pelo lucro (produção de mais-valia), e o esgotamento das fontes de recursos, tendo em vista que essa generalização da apropriação privada e seus modos de exploração pode levar a escassez dos recursos naturais, e essa escassez pode levar não só a extinção da vida planetária, mas também do modo de produção capitalista.

O sistema capitalista revela sua essência crescentemente destrutiva, manifestando uma contradição essencial no processo de reprodução: a crescente obsolescência programada e o desperdício no trato dos recursos naturais e sociais confrontam-se, progressivamente, com o caráter limitado das potencialidades ambientais e com a finita capacidade de utilização dos recursos naturais, o que pode comprometer o equilíbrio ecológico e a própria existência humana no planeta. (VALENÇA, 2005, p. 32).

É partindo dessas contradições que o sistema capitalista implanta medidas de mitigação que visam amenizar os impactos causados pela apropriação da natureza enquanto bem infinito, partindo de uma relação reificada. Assim, o capital tem por objetivo imediato a postergação de suas atividades e conseqüentemente sua existência. Partindo dessa reflexão compreendemos que:

A degradação da natureza ou a dor da devastação social não tem qualquer significado para o seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior. (MÉSZÁROS, 2002, p. 521).

É a partir deste momento que se inicia um debate sobre a temática através de um discurso individualista pautado na culpabilização do sujeito, na desresponsabilização do Estado e a responsabilização e mobilização do terceiro setor. Assim, deixando de lado a questão socioambiental enquanto parte “integrante da dinâmica da sociedade capitalista e fundamentada na relação de apropriação privada e desigual dos recursos naturais”. (PEREIRA; GROSSI, 2016, p. 01), inicia-se a junção de esforços capitalistas para a tentativa de implementação de um “desenvolvimento sustentável”, mesmo após estudos demonstrarem “a impossibilidade de crescimento sem planejamento de um sistema que depende de recursos naturais” (GURGEL, 2016 p. 04). O capital abre espaço para o debate, não pelo fato de sua preocupação com o bem-estar socioambiental, mas sim por este ameaçar e limitar sua capacidade de produção.

Aqui se faz necessário conceituar a questão socioambiental para além da interação entre fauna e flora, acreditamos que seu conceito está diretamente atrelado:

[...] a um conjunto de deficiência na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindo da natureza, tais matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários a reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizada pelo alto nível de produção e consumo. (SILVA, 2010, p. 67).

Dessa forma, o fio condutor que liga o Serviço Social à questão socioambiental se dá de forma fundamentalmente histórica, ao passo que compreendemos que esta ligação está diretamente relacionada ao entendimento de que a questão socioambiental é uma expressão concreta da “questão social” e ambas são frutos das

“vísceras” do capitalismo, que nesta atual conjuntura é objeto de estudo e intervenção teórica que se relaciona com o nosso exercício profissional.

Assim, captamos que este fenômeno necessita passar pelo debate coletivo, enfrentando a concepção individualista e naturalista ofertada pela teoria conversadora. Gurgel (2016, p. 05) enfatiza que:

[...] a discussão em torno da questão ambiental está de fato para além da preservação de espaços naturais, extrapolando a ideia naturalista do termo, ampliando o horizonte dos debates para como as pessoas acessam esses bens a partir das desigualdades sociais, espaciais, na atualidade, como os indivíduos podem acessar e ocupar os bens e serviços “a eles destinados”. Assim, a mesma apresenta-se diante da insuficiência das políticas sociais, econômicas e ambientais, a partir do crescimento desordenado e da apropriação indevida dos recursos naturais para a transformação em bens vendáveis.

Neste momento se torna necessário apreendermos o conceito do que é o capital, segundo Marx (1983, p. 37) “não é coisa- ferramenta ou máquina [...] o capital é relação social”. À vista disso, é necessário considerar toda relação constituída pelos homens, entendendo que esses estão a todo momento em um espaço de disputa e modificação constante, assim:

O homem se constitui e se reconstitui a partir de sua vivência e sua sociabilidade, estabelecendo padrões, convivendo, modificando e sendo ao mesmo passo, modificado. É ainda político por ser um espaço permeado por processos decisórios. (COSTA; LIMA; NASCIMENTO, 2016, p. 05).

Compreende-se que ao trabalharmos a questão socioambiental, temos a preservação ambiental em primeira instância, pois, desse modo se manterá a existência coletiva e socialmente controlada. Entretanto, é necessário entender e trabalhar esta temática de forma dinâmica e dialética de modo que suas reflexões ofereçam horizontes e alternativas que nos permitam pensar em formas de superações que se diferenciem do voluntariado e da solidariedade.

A globalização dos acontecimentos relacionados aos chamados “desastres ambientais” fez com que a temática da crise ecológica pasasse a ser discutida amplamente em todo o mundo. No Brasil, os índices de desastres socioambientais<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup>O site da Gestão de Riscos e Desastres divulgou; “um levantamento IBGE constatou que 40,9% dos municípios brasileiros sofreram, nos últimos cinco anos, pelo menos um desastre natural.” Disponível em; <http://www.ufrgs.br/grid/noticias/ibge-desastres-naturais-atingiram-40-9-dos-municipios-do-pais-nos-ultimos-anos#:~:text=Info->

vem ganhando uma celeridade sem precedentes, entretanto, a realidade do país é uma fatia representativa da onda mundial de destruição ambiental, que polui o ar, as águas e provoca a desertificação do solo.

Contudo, se torna inviável para esta pesquisa discutir crise ecológica sem interliga-la com a crise do sistema capitalista moderno, destacando a influência do modo de produção capitalista na caracterização da crise ecológica atual, “se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento capital e ambiental são produtos do processo de acumulação”. (LÖWY, 2013, p. 81).

Antes do surgimento do MPC (modo de produção capitalista), o homem mantinha uma relação com a natureza de modo a sanar suas necessidades básicas primárias, onde se destacava o valor de uso<sup>15</sup>, assim mantendo um equilíbrio entre homem e natureza. O surgimento do capitalismo implementa um novo contexto político, social e econômico que se desagua no processo de acumulação do capital<sup>16</sup>. Tal fato muda de forma singular a relação entre homem e natureza, que agora tem suas relações balizadas pela busca insaciável da produção de mercadoria<sup>17</sup>,

[...] a natureza perde o sentido fundamental da realização do ser social – do seu valor de uso, pois também é transformada em mercadoria, comercializada e degradada em prol da obtenção de lucro. A natureza é esvaziada do sentido de satisfação das necessidades coletivas, sendo transformada em um negócio, fonte de lucratividade e acumulação de capital. (SILVA, 2015, p. 26).

O processo de predação ambiental tem em seu bojo a “apropriação privada da natureza” (SILVA, 2015, p. 27), onde o valor de uso é submetido ao valor de troca<sup>18</sup>, ao passo que as necessidades humanas perdem espaço para produção de mercadoria, muitas das vezes dispensáveis para produção e reprodução da vida. “Na

---

,IBGE%20%2D%20Desastres%20naturais%20atingiram%2040%2C9%25%20dos%20munic%20%2D%20piores%20do,pelo%20menos%20um%20desastre%20natural. Acesso: 13 jan. 2021.

<sup>15</sup> “O *Worth* natural de cada coisa consiste em sua propriedade de satisfazer necessidades ou de servir as conveniências da vida humana” (MARX, 2010, p. 114).

<sup>16</sup> “O processo de acumulação do capital consiste, portanto, no uso ampliado de meios de produção e força de trabalho, elementos inseridos na esfera da produção de mercadorias” (LIMA, 2009, p. 09).

<sup>17</sup> “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz a necessidade humana de um tipo qualquer”. (MARX, 2010, p.113).

<sup>18</sup> “O valor de troca supõe a quantidade de trabalho empregado na produção de uma mercadoria, “a grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social” (MARX, 1978, apud, SILVA, 2015, p. 28).

ordem do capital, portanto, reina o valor de troca, a anarquia da produção e a consequente transformação do trabalho e da natureza em mercadoria” (SILVA, 2015, p. 29).

### **2.3 Crise ecológica e questão socioambiental - as respostas do capital à crise capitalista e ecológica**

István Mészáros (2011) em sua obra “Para além do capital”, traz importantes observações sobre a crise do capitalismo contemporâneo e suas características. Em nossas observações, vislumbramos essas características de forma a condicionar os aspectos da crise ecológica vivenciada mundialmente. O autor explicita quatro peculiaridades centrais para se entender tamanho processo.

- (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 795)

Legitimada pelo Estado<sup>19</sup>, a crise do capital se estendeu por todo globo, a partir do seu caráter universal, de alcance global, permanente e rastejante afetando de forma peculiar o presente e o futuro dos homens. Assim:

A crise econômica atual é, sem dúvida, a mais grave na história do capitalismo desde 1929. Provocando desemprego massivo, recessão econômica, quebra de bancos, endividamento insuportável dos Estados, gera sofrimento, miséria, desespero, levando muitas de suas

---

<sup>19</sup> Para Marx e Engels (2017, p.42): “Estado moderno não é se não um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa”.

vítimas ao suicídio. Ela ilustra a total irracionalidade de um sistema econômico baseado na mercantilização de tudo, na especulação desenfreada, no totalitarismo dos mercados financeiros e na globalização neoliberal a serviço exclusivo do lucro capitalista. (LÖWY, 2013, p. 79).

A crise econômica e a crise ecológica estão diretamente ligadas, e ambas formam o que Löwy (2013, p. 80) chama de “crise da civilização capitalista industrial moderna<sup>20</sup>. Isto é, a crise de um modo de vida”. É cada vez mais comum e maior o consumo de mercadorias pela sociedade moderna, que através de um discurso que parte da alienação<sup>21</sup>, tenta implementar em cada ser social a necessidade de consumir, e ao passo que consumimos, nos transformamos também em mercadorias.

Considerando os elementos expostos, é importante destacar que: “A crise econômica e a crise ecológica resultam do mesmo fenômeno: um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria” (LÖWY, 2013, p. 79). É essa lógica perversa caracterizada pela busca incessante do lucro e ampliação do capital<sup>22</sup>, que determina a dinâmica pela qual o sistema capitalista de produção se organiza e amplia suas raízes acumulativas.

A partir de 1970 inicia-se uma tentativa de busca de respostas e propostas de soluções para o enfrentamento da crise socioambiental que assola todo o planeta. Soluções essas pautadas nos marcos capitalistas, de cunho conservador e reformistas com pretensões claras de preservação e ampliação do capital.

Instituições financeiras, órgãos internacionais oficiais e todo o mundo iniciam as discussões sobre a crise socioambiental, e nos últimos 40 anos produziram diversos documentos que levantaram possíveis pontos de clivagem que nos levaram/levam a tamanha crise e apontam possíveis alternativas de amenização para a situação em que nos encontramos.

ao desperdício de matéria e energia, aos limites físicos e naturais dos recursos naturais e aos altos padrões de produção e consumo. Quanto às alternativas, estas se restringem aos processos de produção, tecnologia e eficiência energética, levando a uma despolitização da questão ambiental. (ZACARIAS, 2011, p.06).

---

<sup>20</sup> Ver LÖWY, 2013.

<sup>21</sup> “Alienação é a objetificação do sujeito”. (HOLLOWAY, 1997, p. 146, apud, RAMOS; FARIA, 2013, p. 09).

<sup>22</sup> [...] um sistema específico de domínio de classe, caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, pela concorrência, pela produção mercantil generalizada, pelo caráter mercantil da força de trabalho, pela inevitabilidade das crises periódicas de superprodução generalizada. (MANDEL, 2015, p. 106 apud BAIRRO; BULLA, 2017, p. 02).

Somado a isso, podemos observar que desde a década de 1960 vem ocorrendo tentativas neomalthusianas<sup>23</sup> de reinserção da teoria de desenvolvimento demográfico, como um dos modos para explicar o desenvolvimento desigual que ocorre no modo de produção capitalista, assim realizando uma despolitização das questões socioeconômica e socioambiental. Documentos oficiais como o relatório da Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento afirmam de forma incisória a importância do controle demográfico principalmente da camada mais pobre do globo.

as atuais taxas de aumento populacional não podem continuar. Já estão comprometendo a capacidade de muitos governos de fornecer educação, serviços médicos e segurança alimentar às pessoas, e até a sua capacidade de elevar padrões de vida. Esta defasagem entre número de pessoas e recursos é ainda mais premente porque grande parte do aumento populacional se concentra em países de baixa renda, em regiões desfavorecidas do ponto de vista ecológico e em áreas de pobreza (CMMAD, 1991, p. 103, apud, ZACARIAS, 2011, p.07).

Em 1992, no Rio de Janeiro agora embasado com outros argumentos é levantada novamente a questão do crescimento demográfico, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento afirmam que:

Deve ter prosseguimento a total incorporação das preocupações com o controle demográfico aos processos de planejamento, formulação de políticas e tomadas de decisão no plano nacional. Deve ser considerada a possibilidade de se adotarem políticas e programas de controle demográfico que reconheçam plenamente os direitos da mulher (AGENDA XXI, 1997, p. 51, apud, ZACARIAS, 2011, p.06).

Compartilhamos do pensamento de Zacarias (2011, p. 06) onde afirma que: “À pressão demográfica são atribuídos todos os males do mundo contemporâneo – desertificação, fome, esgotamento de recursos, degradação do ambiente, entre outros”. Assim negando a interferência do modo de produção capitalista na forma de produção e reprodução da vida, da má distribuição de riquezas e sua contribuição para a formulação e agravamento da crise socioambiental.

No final do século XX foi realizado por meio da terceira Conferência das Nações Unidas na pasta de mudanças climáticas o *Protocolo de Kioto* (1997), o qual ficou

---

<sup>23</sup> A presente pesquisa compreende o neomalthusianismo enquanto a retomada do debate da desigualdade social por meio do controle demográfico e, conseqüentemente, a agudização da crise socioambiental. Tamanha argumentação em nossa compressão objetiva a desresponsabilização do Estado e do grande capital, responsabilizando a sociedade civil pelo agravamento da crise e da desigualdade social.

conhecido como o primeiro tratado internacional de combate aos gases de efeitos estufa. A iniciativa teve como principal objetivo a redução de gases efeito estufa em 5% na escala mundial, 144 países assinaram o tratado, entretanto, chama atenção a forma de mediação proposta pelas Nações Unidas das chamadas “licenças de emissão” de gases.

O protocolo Kioto possibilitou venda e compra de autorização para emissão de CO<sup>2</sup>, onde empresas de grande capital industrial (países desenvolvidos) teriam a possibilidade legal de comprar permissões para emissão de CO<sup>2</sup> a empresas de pequeno capital industrial (países subdesenvolvidos), a empresas que poluíssem menos. Por meio das entranhas da “burocracia legal” capitalista, o tratado acaba por criar caminhos legais para que o grande capital industrial pudesse continuar realizando emissão de gases de efeito estufa.

O Protocolo de Kyoto institui um mecanismo de compra e venda de “licença para poluir” tal como qualquer outra mercadoria. As nações ricas ganham o direito de poluir, aumentando a produção industrial e compensando suas emissões de carbono através de um mecanismo de mercado, ou seja, compram as cotas dos países pobres, possuidores de baixa atividade industrial para manterem o crescimento econômico. Trata-se do velho princípio: “eu pago, eu poluo”. (ZACARIAS, 2011, p.10)

O tratado cria regras comerciais que norteiam o mercado de compra e venda das “licenças de emissões”;

O protocolo sugere a constituição de três tipos de mecanismos de mercado para ajudar os signatários do documento a atingir suas metas nacionais. O primeiro é o “Comércio internacional de emissões”, permitindo que os países industrializados participantes comercializem até 10% de seus níveis de emissão permitidos. O segundo, a “Implementação conjunta”, que possibilita a esses países um meio de adquirir créditos de emissão mediante o financiamento de projetos em outros países. O terceiro é o “Mecanismo é o Desenvolvimento Limp-MDL”, responsável pela geração de créditos em função do desenvolvimento de ações de redução de emissões de uma empresa de um país desenvolvido num país em desenvolvimento. (ZACARIAS,2011, p.10)

Dessa forma, observamos que o tratado está para além da “licença de emissões” de gases, as regras por ele criadas estimulam a ampliação de investimento de capital em países em desenvolvimento, o que garante a ampliação e perpetuação do modo de produção capitalista. Observamos que a conferência ecológica de preocupação ambiental de cunho internacional, acaba por contribuir para a

mercadorização do debate ambiental, tendo como uma das características um conjunto de relações coisificadas, cujo objetivo é tão somente criar alternativas de curto prazo, que estejam em acordo com o modo de produção capitalista.

A Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, realizada nos dias 7 e 18 de dezembro de 2009, em Copenhague na Dinamarca, teve como principal temática as mudanças climáticas, e se configurou enquanto um acordo vazio de compromissos marcado pela recusa generalizada dos países participantes.

A conferência teve como marco a recusa da responsabilidade histórica dos países em relação a atual situação climática do planeta. Outra característica desse encontro, segundo Abranches (2010) foi “O nível de desorientação que se seguiu à saída dos chefes de Estado, refletindo perfeitamente a contradição essencial do encontro de Copenhague”.

Houve a tentativa de envolver efetivamente os países chamados “em desenvolvimento” dentro das metas pré-estabelecidas para a diminuição da temperatura mundial, bem como, foi discutido as possibilidades de financiamento e investimentos dos países desenvolvidos em países em desenvolvimento. Mas, o contexto que foi direcionado e formalizado na conferência acabou marcado pelo esvaziamento dos líderes dos estados. “Tecnicamente, os governantes, ao abandonarem a cena antes de fazerem um ato final, de formalização do Acordo de Copenhague, deixaram o resultado de suas conversas em um vácuo político”. (ABRANCHES, 2010, p. 125)

O texto final do Acordo de Copenhague não foi negociado pelo conjunto de dirigentes presentes à COP15. Ele foi negociado por um pequeno número de governantes. Uma cúpula de elite, dentro da cúpula. Os principais artífices desse acordo e também principais responsáveis por sua estrutura vaga e aguada foram os Estados Unidos, a França o Reino Unido e os países do Basic, grupo que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China. A forma final foi decidida basicamente pelos Estados Unidos e pelo Basic. (ABRANCHES, 2010, p. 122)

O encontro de Copenhague pode ser considerado um fracasso, nos termos de soluções efetivas de combate as mudanças climáticas que afetam todo o globo. As mediações e propostas capitalistas mais uma vez não foram capazes de superar consensualmente a linha de pensamento produtivista de cunho destruidor e irreversível que a assola e ameaça a vida planetária. Tal fato demonstra a incapacidade do capital de solucionar as contradições engendradas por seu próprio

processo sociometabólico, de modo que disso resulta o aprofundamento da própria questão socioambiental, enquanto resultado do desenvolvimento capitalista.

A conferência Rio+20 foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada na cidade do Rio de Janeiro no período de 12 a 22 de junho de 2012. Seus objetivos estiveram ligados a renovação dos compromissos com um desenvolvimento sustentável em meio aos marcos do capital, podemos afirmar que essa conferência realizou a apresentação de um “novo capitalismo” pautado na economia verde e lançamento de um novo mercado que, segundo Mello (2011), se esconde:

atrás de uma fachada aparentemente técnica, no repertório da economia verde figuram temas que são eminentemente políticos, como aceitar que carbono, água e biodiversidade sejam passíveis de apropriação e negociação por contrato e que se constituam em novas cadeias globais de commodities. A implementação da economia verde traz várias questões controversas e que - longe de conformarem um consenso mínimo - incluem conceitos e propostas que são criticados e até rechaçados como falsas soluções por organizações e movimentos sociais do Brasil e de outros países. Uma tônica crescente no discurso da sociedade civil vem sendo a denúncia em vários espaços internacionais da captura corporativa da crise ambiental e climática, causada pelo modelo vigente de produção e consumo, e sua cooptação pelas corporações que assumem um discurso uma nova etapa de acumulação e apropriação dos bens comuns.

“O capitalismo pintado de verde”, foi assim que ficou conhecido a conferência Rio+20. Pois, suas declarações e compromissos firmados não tocam nas estruturas centrais do modo de produção capitalista, o qual entendemos como o principal fator de intensificação da crise socioambiental. Entretanto, a conferência acabou por lançar um novo mercado de negociações e apropriações da natureza e seus recursos, embasado na apropriação privada e nas garantias da continuação das condições gerais de produção garantindo as crescentes taxas de mais-valor.

A conferência Rio+20 se configurou enquanto uma tentativa de “impor a pretensa economia verde – isto é, o capitalismo pintado com outra cor – e terminou com vagas declarações, sem nenhum compromisso efetivo de combate à mudança climática” (LÖWY, 2013, p. 81). É neste contexto que podemos classificar a crise ecológica enquanto uma crise socioambiental, pois, sua consequência tem efeitos diretos no meio social, onde se produz e reproduz as relações sociais, bem como o

modo pelo qual o próprio capital<sup>24</sup> e a humanidade vai se relacionar com a natureza. Assim, a crise socioambiental pode ser classificada enquanto a “incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários a reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizada pelo alto nível de produção e consumo” (SILVA, 2010, p. 67).

A atual crise ecológica pode ser caracterizada pelo alto nível de consumo, pela desresponsabilização do modo de produção capitalista e do Estado, envolvido em um tecido social historicamente complexo, que se materializa no:

[...] crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio-ambiente em geral; início da destruição da camada de ozônio; destruição, numa velocidade cada vez maior, das florestas tropicais e rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; esgotamento dos solos, desertificação; acumulação de resíduos, notadamente nucleares (alguns com duração de milhares de anos), impossíveis de controlar; multiplicação dos acidentes nucleares. (LÖWY, 2013, p. 80).

Ademais, se torna nítido que o modo de produção capitalista baseado na busca acelerada por altas taxas de lucro torna-se característica marcante da ordem vigente, fazendo com que não exista “compatibilidade entre capitalismo e preservação ambiental” (SANTOS; ACIOLY, 2015, p. 252). É com base nisso, que visualizamos a necessidade da construção de projetos societários que adentrem no processo da luta de classe e no modo de produção capitalista, sem perder de vista o movimento histórico-dialético.

Neste sentido, temos ações e projetos societários que se opõem as propostas do capital. No âmbito do Serviço Social temos os grupos temáticos<sup>25</sup> de pesquisa organizados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, já em relação aos projetos societários temos a teoria ecossocialista que nos propõe um projeto societário o qual traz elementos conceituais e históricos que nos garantem a compreensão de nossa história atual em uma perspectiva histórica. Para além disso, nos propõe a construção de uma nova ordem, onde o desenvolvimento e a preservação ambiental podem caminhar juntos.

---

<sup>24</sup> “[...] o capital não é coisa-ferramenta ou máquina [...] o capital é relação social” (MARX, 1983, p. 37).

<sup>25</sup> Temos como principal ganho no âmbito da pesquisa ambiental no interior da profissão, a linha de pesquisa Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, desenvolvida e coordenada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

Ao nos debruçarmos sobre o tema da “questão socioambiental”, e as repostas do capital frente a uma de suas mais profundas crises, também percebemos alguns marcos jurídico-políticos importantes no âmbito da realidade brasileira no que se refere a legislação ambiental a qual suas protoformas podem ser localizadas já desde a década de 1930, justamente quando inicia o processo de industrialização no Brasil. Essas medidas legais podem ser resumidas em Leis e Decretos podendo ser consideradas como resposta no marco regulatório de uso, apropriação e preservação dos recursos naturais nacionais.

A implementação da produção nos moldes do modo de produção capitalista para seu desenvolvimento é necessária a apropriação privada das matérias-primas, ou seja, apropriação dos recursos naturais por meio de vias legais. Essa é uma condição indispensável a produção e reprodução do capital, por isso a necessidade de se pensar a legislação ambiental na década de 1930, o contexto nacional de abertura do mercado interno com forte influência do mercado internacional por meio das transferências de tecnologia, acaba por ciar as condições que se tornaram nossos propulsores para a elaboração ainda que forma introdutória da legislação ambiental.

Era preciso criar caminhos legais que possibilitassem o desenvolvimento econômico/industrial e conseqüentemente a miséria daqueles que viriam a ser a classe operária brasileira. O financiamento de ações brasileira através do Banco mundial, a atuação da ONU-Organização das Nações Unidas e o crescimento dos movimentos ambientalistas e as ONG- organizações não governamentais se configuram como fatores que influenciaram o pensar na legislação ambiental no país.

Vejamos os marcos regulatório ambientais no Brasil (1930-2015):

**Tabela 01 – Evolução da legislação ambiental brasileira por períodos (1930-2015)<sup>26</sup>**

| Legislação                       | Ementa  |
|----------------------------------|---|
| Período - décadas de 1930 a 1960 |   |
| Decreto no 24.643/1934           | Decreta o Código de Águas.  |
| Decreto-Lei no 25/1937           | Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. |

<sup>26</sup> A Lei no 4.771/1965 foi revogada expressamente e substituída pela Lei no 12.651/2012. Regulamentada pelo Decreto no 99.274/1990. Revogada pela Lei no 11.105, de 2005. Regulamentada pelo Decreto no 6.514/2008

|                                |   |
|--------------------------------|---|
|                                | Inclui como patrimônio nacional os monumentos naturais, sítios e paisagens de valor notável.  |
| Lei no 4.771/19651             | Institui o novo Código Florestal.   |
| Lei no 5.197/1967              | Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.   |
| Período - década de 1970       |   |
| Lei no 6.225/1975              | Dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para a execução obrigatória de planos de proteção ao solo e de combate à erosão e dá outras providências.  |
| Decreto-Lei no 1.413/1975      | Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.  |
| Decreto Legislativo no 56/1975 | Aprova o Tratado da Antártida.  |
| Lei no 6.453/1977              | Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências.  |
| Período - década de 1980       |   |
| Lei no 6.803/1980              | Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.   |
| Lei no 6.938/19812             | Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.  |
| Lei no 6.902/1981              | Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.  |
| Lei no 7.661/1988              | Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.   |
| Lei no 7.347/1985              | Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.   |
| Lei no 7.805/1989              | Regulamenta as atividades garimpeiras, tornando obrigatória a licença ambiental prévia e passíveis de suspensão as atividades de pesquisa ou lavra que causarem danos ao meio ambiente.   |
| Lei no 7.797/1989              | Cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).  |
| Lei no 7.802/1989              | Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. |
| Período - década de 1990       |   |
| Lei no 8.171/1991              | Dispõe sobre a política agrícola.<br>(Inclui a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos)   |
| Lei no 8.723/1993              | Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores.  |
| Lei no 8.974/19953             | Estabelece normas para a engenharia genética e organismos   |

| geneticamente modificados (OGM) no país. |  |
|--|--|
| Legislação                               | Ementa   |
| Período - década de 1990                 |  |
| Lei no 9.433/1997                        | Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.   |
| Lei no 9.605/19984                       | Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.  |
| Lei no 9.795/1999                        | Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.  |
| Período - 2000 a 2012                    |  |
| Lei no 9.985/2000                        | Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).   |
| Lei no 9.966/2000                        | Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.   |
| Medida Provisória no 2.186-16/2001       | Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.   |
| Lei no 10.650/2003                       | Dispõe sobre o acesso público, aos dados e às informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.  |
| Lei no 11.105/2005                       | Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGMs e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB). |
| Lei no 11.284/2006                       | Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do MMA, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB); cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).   |
| Lei no 11.428/2006                       | Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.  |
| Lei no 11.460/2007                       | Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação (UCs).   |
| Lei no 11.445/2007                       | Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.  |
| Lei no 11.794/2008                       | Estabelece procedimentos para o uso científico de animais.   |
| Lei no 11.828/2008                       | Trata de medidas tributárias aplicáveis a doações destinadas a prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.   |
| Lei no 12.114/2009                       | Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.  |
| Lei no 12.187/2009                       | Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).  |
| Lei no 11.959/2009                       | Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.   |
| Lei no 12.305/2010                       | Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).   |
| Lei Complementar no 140/2011             | Fixa normas para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa à proteção do meio ambiente.  |

|                    |   |
|--------------------|---|
| Lei no 12.512/2011 | Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.   |
| Lei no 12.651/2012 | Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Revogou o antigo Código Florestal, Lei no 4.771/1965).   |
| Lei no 13.153/2015 | Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação. |

Fonte: quadro elaborado por Adriana Maria Magalhães de Moura. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8470/1/Trajeto%20da%20pol%C3%ADtica%20ambiental%20federal%20no%20Brasil.pdf>

Isso exposto, torna-se notória a esquematização e elaboração da legislação ambiental brasileira, de modo que devemos afirmar aqui a sua importância social para o controle mínimo do acesso aos recursos naturais, ainda que esta se configure em atual tempo insuficientemente capaz de conduzir a problemática que cerca a questão socioambiental brasileira. A criação das políticas nacionais e das instituições responsáveis são os principais elementos que materializa nossa legislação.

Após todo debate realizado sobre os fundamentos da questão socioambiental, como parte da “questão social”, bem como as respostas do capital à crise socioambiental, torna-se perceptível, que as ações realizadas por intermédio do modo de produção capitalista se configuram em nossa compreensão, ineficazes para solucionar a grande problemática aqui abordada. É seguindo esta perspectiva, que visualizamos a necessidade de pesquisar sobre outras propostas societárias que apresentem respostas para tais problemáticas, aqui especificamente a teoria ecossocialista, que propõe uma mudança radical nos moldes de produção e reprodução da vida humana. De outro modo, torna-se importante, ao entendermos alguns dos pressupostos da teoria ecossocialista, problematizar como tais contribuições podem ser fecundas ao adensamento teórico-metodológico e ético-político ao Serviço Social, nos marcos da afirmação cotidiana do seu projeto ético-político profissional.

**3 CAPÍTULO II: ECOSOCIALISMO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO MARXISMO.**

Nesta seção objetivamos inicialmente apresentar alguns dos elementos conceituais e históricos para a compreensão da teoria ecossocialista, utilizando como principal referência teórica para a discussão as contribuições de Michael Löwy (2005, 2013, 2014). Demonstraremos seu surgimento e sua ligação com o marxismo e socialismo, aprofundando o debate mediante as referências bibliográficas encontradas e trabalhadas na presente pesquisa, uma vez que enfrentamos uma certa dificuldade em encontrar obras em língua portuguesa que se aprofundassem no debate ecossocialista.

Logo após, abordaremos a aproximação do Serviço Social à perspectiva marxista, tendo como principal norte as contribuições de José Paulo Netto (2015) acerca da temática. Delinearemos o processo histórico do Serviço Social brasileiro, por meio de um recorte temporal (1960-1993), onde debateremos o processo de aproximação da profissão com a teoria crítica em meio a ditadura empresarial-militar, a influência do movimento latino-americano do Serviço Social nos marcos da reconceituação, e os encontros de teorização da profissão e a consolidação do chamado Projeto Ético-Político Profissional.

O movimento de comprovação inicialmente da influência da teoria marxiana/marxista no interior da teoria ecossocialista e posteriormente no Serviço Social acabou por abrir caminhos que possibilitaram a aproximação de ambos os polos. Tal aproximação tem como principal mediador a teoria marxiana/marxista, onde é levantada uma análise ainda que introdutória, acerca da compatibilidade de algumas categorias teóricas encontradas em ambos os polos. O projeto ético-político, o código de ética (1993) do Serviço Social e o projeto societário ecossocialista serão as principais pontes para tamanha conexão.

Enfim, realizaremos um movimento histórico-dialético visando encontrar pontos na teoria ecossocialista que podem contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão. Assim, utilizaremos nesta pesquisa o conceito de justiça socioambiental sendo um dos principais pontos que pode ao ser incorporado pelo Serviço Social, contribuir para o seu fortalecimento.

### 3.1 Elementos conceituais e históricos para a compreensão da teoria ecossocialista

O século XX é marcado por ser um período conturbado, onde se tem as duas primeiras guerras mundiais – anos – que marcam de forma fecunda as relações políticas, sociais e econômicas, marcando o destino da humanidade. Esse período pode ser caracterizado por crises econômicas<sup>27</sup> e altas taxas de desemprego e de inflação, ou seja, uma estagnação financeira e econômica que ameaçavam os monopólios capitalistas, ao mesmo tempo em que proporcionava caminhos que objetivavam a criação de estratégias de sobrevivência. Junto a esse contexto socio-histórico, tínhamos o desenvolvimento da tecnologia<sup>28</sup> e, não obstante, a destruição ambiental.

Após passarmos pela crise do petróleo de 1970 (da qual se deriva a “crise estrutural” do capital), por uma recessão econômica, conseqüentemente vivenciarmos a implementação do neoliberalismo, surge a corrente teórica de perspectiva crítica conhecida como **Ecossocialismo**, inspirada na disputa político-ideológica<sup>29</sup> do século XX, apoia-se nos pressupostos que deram origem à constituição do bloco socialista, apesar de realizar fortes críticas ao viés produtivista do chamado “socialismo real”.

A teoria ecossocialista se assenta em dois argumentos essenciais:

- 1) O modo de produção e de consumo atual dos países capitalistas avançados, fundado numa lógica de acumulação ilimitada (do capital, dos lucros, e das mercadorias), do esgotamento dos recursos, do consumo ostentatório, e da destruição acelerada do meio ambiente, não pode, de modo algum, ser expandido para o conjunto do planeta, sobe pena de uma crise ecológica maior.
- 2) seja como for, a continuação do "progresso" capitalista e a expansão da civilização fundada na economia de mercado - mesmo sobre essa forma brutalmente desigualitária - ameaça diretamente, a médio prazo (qualquer visão seria arriscada), a própria sobrevivência da espécie humana. Apresentação do meio ambiente natural é, portanto, o imperativo humanista. (LÖWY, 2014, p. 46).

---

<sup>27</sup>A crise de 1929, mais tarde a crise 1971 e 1979 são exemplos de crise necessárias para o processo de transformação do capital.

<sup>28</sup>Os processos tecnológicos foram impulsionados com a guerra fria, onde tivemos o desenvolvimento para além do bélico 1947 – 1991. Um desenvolvimento cravado pela busca do poder ideológico e a soberania mundial, que finalizou na hegemonia neoliberal e o desenvolvimento das forças produtivas.

<sup>29</sup>O século XX foi marcado um uma grande disputa ideológica, entre a ideologia capitalista e a socialista.

Vale destacar que a teoria ecossocialista tem seus fundamentos críticos apoiados na teoria marxiana/marxista, e tem como proposta a construção de um projeto societário revolucionário, que ultrapasse os limites da sociabilidade regida pela égide do capital, em uma sociabilidade, baseada em valores como democracia, igualdade e de justiça social. Tais valores serão melhor abordados adiante, oportunidade na qual pretendemos discutir pontos de aproximação destes – além de outros – com princípios que norteiam o denominado Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. O ecossocialismo tem como principais autores, Michael Löwy, Kohei Saito, além de outras referências, como:

Manuel Sacristan, Raymond Williams, Rodolf Bahro, André Gorz (nos seus primeiros escritos), [...] James O'Connor, Barry Commoner, Jonh bellamy Foster, Joel Kovel (EUA), Juan Martinez Allier, Francisco Fernandes Buey, Jorge Riechman (Espanha), Jean-Paul Déleag, Frieder Otto Wolf [...]. (LÖWY, 2014, p. 46-45).

É com esse arsenal pensante que esta corrente pode ser definida enquanto: “[...] uma proposta estratégica, que resulta da convergência entre a reflexão ecológica a reflexão socialista, e a reflexão marxista” (LÖWY, 2013, p. 81). Ou seja, emergia naquele momento uma corrente que tinha por objetivo teorizar o fenômeno mais preocupante da existência planetária (a crise socioambiental), apontando para uma alternativa radical a ela. Para sintetizar tamanho processo e traçar novos horizontes que se diferenciavam dos propostos pela ordem vigente, seus teóricos extremamente afinados com a apreensão dos fundamentos e expressões da crise ecológica criada pelo modo de produção capitalista, associa essa crise as reflexões marxistas e a une a um projeto societário, cujo horizonte ideopolítico aponta para o socialismo.

Para Rodrigues<sup>30</sup> (2021) a teoria ecossocialista pode ser entendida como:

[...] proposta utópica concreta de mudança socioambiental que associa as lutas ambientalistas aos demais movimentos representativos da classe social oprimida. O ecossocialismo une as práxis ecológica e socialista, pois considera que o socialismo sem a visão ecológica não consegue ser alternativa aos desafios socioambientais do século 21 e a ecologia que não seja socialista não tem a radicalidade necessária para enfrentar esses desafios. (TEORIA E DEBATE, 2021).

É importante salientar que a corrente ecossocialista não se configura

---

<sup>30</sup> Citado por matéria no site Teoria e debate (2021)

politicamente homogênea. Porém seus autores se alinham em uma:

[...] partilha de alguns temas comuns. Em ruptura com a ideologia produtivista do progresso - na sua forma capitalista e/ou burocrática - e oposta à expansão ao infinito de um modo reprodução produção e do consumo destruidor da natureza. (LÖWY, 2014, p. 45).

Assim, o ecossocialismo se configura em forma de crítica. Crítica ao modo de sociabilidade insustentável perverso, sem compromisso ético com a vida das gerações presentes e futuras. Assenta-se na “busca de superação dessa ecologia reformista, limitada, que não aceita a perspectiva socialista, que não se relaciona com o processo da luta de classes, que não coloca a questão da propriedade dos meios de produção”. (LÖWY, 2013, p. 81).

Esta corrente inspira-se no projeto societário revolucionário do socialismo, e, ao mesmo tempo, se configura enquanto forma de crítica às suas experiências recentes:

Mas o ecossocialismo é, também, uma crítica ao socialismo não ecológico, por exemplo, da União Soviética, onde a perspectiva socialista se perdeu rapidamente com o processo de burocratização, e o resultado foi um processo de industrialização tremendamente destruidor do meio ambiente. (LÖWY, 2013, p. 81).

Podemos encontrar em Münster (2013 apud RODRIGUES, 2021), algumas visões e propostas que a teoria ecossocialista nos propõe. Desse modo, podemos dizer que a teoria ecossocialista pretende realizar a:

- Substituição da racionalidade econômica dominante por uma racionalidade econômica e social, em ruptura da lógica capitalista produtivista, de exploração ilimitada dos recursos naturais, destruidora dos ecossistemas e de maximização do lucro;
- Decrescimento da produção, graças à autolimitação das necessidades de consumo, assumindo que a sociedade pode produzir melhor com menos. Uma declaração de guerra ao capitalismo e seu produtivismo;
- Instauração de linhas de produção comunitária de autogestão dos trabalhadores associados;
- Direito a um rendimento, dissociado do trabalho, ou seja, uma renda de subsistência, independentemente de inclusão em estruturas de trabalho organizado. (MÜNSTER, 2013, p. 130 – 131, apud, RODRIGUES, 2021)

Por consequência, o ecossocialismo é o desmonte de um conjunto de signos moralizantes, individualistas, de relações fetichizadas, pautadas pela globalização e

imperialismo, mediados pela burocracia e atos repressivos, que em parte foi absorvido dado o momento histórico pela experiência do socialismo real. Assim, esta corrente é a proposta de um recomeço, uma reconstrução que se insere na disputa por outro tipo de sociedade, que busque a eliminação dos conflitos de classe, o modo pelo qual produzimos e consumimos e nos transformamos em mercadoria, e principalmente o modo pelo qual os homens se relacionam com a natureza. O ecossocialismo, a partir de seus principais referenciais, se trataria assim, de uma crítica ao “desenvolvimento sustentável” aos moldes do capital, tendo em vista, a finitude dos recursos naturais. Sendo assim, fundamentando-se na perspectiva marxista, busca estabelecer uma crítica à forma social reulgada pelo capitalismo, tendo como pressuposto, na incorporação na análise daquele fenômeno, das categorias da crítica da economia política, uma vez que:

[...] é impossível pensar em uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação limitada de capital. Uma ecologia que negligencia o marxismo e sua crítica do fetichismo da mercadoria está condenada a não ser mais do que uma correção dos ‘excessos’ do produtivíssimo capitalista. (LÖWY, 2005, p. 37).

O ecossocialismo nasce a partir das profundas reflexões das obras marxianas/marxistas em relação à produção e reprodução da vida. Somando a isso, um fecundo conhecimento sobre a crise ecológica em um panorama baseado por uma orientação crítica, onde se fazia necessário uma leitura classista que apontasse caminhos para a apropriação coletiva dos meios de produção. Conseqüentemente, esse quadro favorece o absorvimento e a aproximação de um determinado projeto de sociedade sinalizado pela teoria socialista.

Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais no Marxismo - ao mesmo tempo que se livrou de suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas a lógica do mercado e do lucro - assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do "socialismo real" - são incompatíveis com a exigências de preservação do meio ambiente natural. (LÖWY, 2014, p. 44).

Essa teoria estuda a realidade a partir do método histórico dialético<sup>31</sup> abordando categorias ligadas ao marxismo como o valor de uso e valor de troca. O capitalismo em seu processo de produção fetichizada transforma tudo em mercadoria, mas, para isso é necessário subordinar o valor de uso ao valor de troca, e é justamente o inverso que é trabalhado na teoria ecossocialista. Na obra, *o que é ecossocialismo?* ao falar de James O'Connor, Löwy (2013, p. 45) “define como teoria ecossocialista as teorias e movimentos que aspiram a subordinar o valor de troca ao valor de uso, organizando a produção em função das necessidades sociais e as exigências da proteção ao meio ambiente<sup>32</sup>”.

O meio de produção é outra categoria central na obra. Realizar a apropriação coletiva dos meios de produção é um ponto crucial para a implementação de um novo projeto societário. Assim, “tal sociedade supõe a apropriação coletiva dos “meios de produção, um planejamento democrático que permita a sociedade definir os objetivos da produção e os investimentos”. (LÖWY, 2013, p. 45)

Essa apropriação é necessária para que também seja realizada a quebra do fetichismo da mercadoria, que é outra categoria de análise da teoria crítica. Portanto, eles pregam o fim desse processo, por meio da implementação de uma “economia moral”.

Contra o fetichismo da mercadoria e autonomização retificada da economia neoliberal, o jogo do futuro está para os ecossocialistas, na implementação de uma "economia moral" no sentido de E. P. Thompson dava a essa expressão, ou seja, uma política econômica fundada em critérios não monetários e extraeconômico: em outras palavras, a "reimbricação" do econômico no ecológico, no social e no político. (LÖWY, 2014, p. 47).

Trabalharemos aqui, o ecossocialismo<sup>33</sup> enquanto categoria teórica de análise pois, é dele que parte o macroprojeto com algumas ressalvas ao produtivíssimo: “o seu objetivo, [é] um socialismo ecológico, seria uma sociedade ecologicamente racional fundada no controle democrático, na igualdade social e na predominância do

---

<sup>31</sup> “O materialismo dialético é uma teoria geral do ser que, em contraposição à ‘metafísica’, privilegia o movimento e as contradições e toma o mundo material como o dado primário que, na consciência, dado secundário, aparece como reflexo. O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da sociedade”. (NETTO, 2006, p. 54).

<sup>32</sup> Consultar obra de O'Connor, J. *Natural Causes: in ecological marxim*. Nova York: the Guiford press, 1998. p. 278-331.

<sup>33</sup> “Uma forma de sociabilidade construída a partir do capitalismo e superior ao que há de melhor nele e não diferente de alguns aspectos” (TONET, 2012, p. 03).

valor de uso” (LÖWY, 2014, p.45). É possível encontrar outras categorias como: modo de produção, acumulação do capital, lucro, dinheiro, forças produtivas e relações produtivas, entretanto, a categoria luta de classe é de extrema importância para entendermos de quem partirá o processo revolucionário.

A tomada de consciência socialista e ecológica é um processo cujos fatores decisivos são as lutas coletivas das populações que, a partir de confrontos parciais em nível local, progridem em direção à perspectiva de uma mudança radical da sociedade. Essa transição não conduziria somente a um novo modo de produção e a uma sociedade democrática e igualitária, mas também a um modo de vida alternativo, uma verdadeira civilização eco-socialista para além do império do dinheiro com seus hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e sua produção ilimitada de bens inúteis e/ou prejudiciais ao ambiente. (LÖWY, 2014, p.49).

Assim, se torna visível que a revolução tem como percussores a classe trabalhadora. Isso posto, sabemos que existe uma relação substancial entre a teoria marxista e a teoria ecossocialista, que adentra os fundamentos históricos e futuros que cercam a teoria. Fundamentos esses que passam pelo viés teórico, metodológico, histórico e prático do marxismo, ofertando uma práxis alternativa e revolucionária, que rejeita o modo de produção capitalista e os desdobramentos a ele inerentes. Propaga uma ação racionalmente ecológica, democrática e igualitária pautada na socialização dos meios de produção.

Sabido que a teoria ecossocialista tem seus fundamentos concomitantemente ligados à teoria marxista e socialista, é que queremos aprofundar o horizonte que supõe que o Serviço Social repousa sua produção de conhecimento no leito da reflexão marxista, e seu projeto profissional tem como pressuposto a transformação social de perspectiva socialista. Desse modo, almejamos realizar a aproximação entre o projeto societário elaborado pelos ecossocialistas e o projeto profissional do Serviço Social, tendo como ponto de contato uma perspectiva teórico-metodológica que é o marxismo, inspirado por sua vez, em valores os quais problematizaremos sobre eventuais possibilidades de convergências e contribuições recíprocas.

### **3.2 Serviço Social brasileiro e sua aproximação com a perspectiva marxista**

Nos interessa aqui trabalhar o Serviço Social brasileiro a partir da década de 1960, seu contexto histórico e sua aproximação ao marxismo. Entretanto, antes de

adentramos no Serviço Social pós-1964, e o conjunto de transformações que impactaram a profissão a partir do final do ano de 1970, vale salientar as principais características da profissão e sua tradição com o conservadorismo, antes mesmo de sua aproximação com a teoria crítica marxista<sup>34</sup>. Desde suas origens, a profissão teve uma forte ligação com a burguesia, marcada por uma forte ideologia que tinha por objetivo a enraização e ampliação do modo de produção capitalista, a partir de aportes teórico-metodológicos conservadores. (IAMAMOTO, 2004).

Foi no contexto de explicitação da “questão social” no Brasil que o Serviço Social emerge na década de 1930, período do primeiro governo de Getúlio Vargas em um contexto sociopolítico e econômico específico – o início da industrialização no Brasil, e conseqüentemente o surgimento da classe operária. A conjuntura política e econômica do país é o que daria a tônica de atuação dos profissionais de Serviço Social pelos próximos 30 anos (1960).

A profissão teve deste, suas protoformas de formação ligadas à religião católica, na defesa da intervenção pautada na caridade, no desenvolvimento de um papel assistemático, sem estrutura técnico-científica, seguindo a Doutrina Social da Igreja. No campo político atuou com a implantação de valores liberais e conseqüentemente esteve ligado a uma perspectiva funcionalista de desresponsabilização do Estado e responsabilização dos indivíduos. Entretanto, vale destacar que:

A implantação do Serviço Social não é, assim, [...] um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, e à ação dos grupos, classes e instituições que interagem com essas transformações. Seu surgimento se dá no seio do *bloco católico*, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio da formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a Igreja se mobiliza para recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação, de sua influência normativa na sociedade civil. Momento em que a Igreja passa por uma reordenação interna profunda e procura mobilizar, reorganizar e rearmar o bloco católico, lançando-o numa militância ativa. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 225-226, grifo do autor).

---

<sup>34</sup> Usamos aqui o termo teoria crítica para referenciar a teoria marxiana (conhecimento elaborado pelo próprio Marx) e marxista (produção de conhecimento elaborado por terceiros com base nas obras de Marx).

E esse contexto pouco muda com a chegada do golpe (1964), o que ocorre é um aprofundamento da relação entre Serviço Social e capitalismo, em suas particularidades brasileiras. O golpe acometido a sociedade brasileira se caracteriza pela sua forma heterogênea marcada pela exclusão econômica e política, envolvido em um movimento de continuidade e ruptura que se desencadeou por longos anos na ditadura empresarial-militar. Assim podemos definir como:

[...] *uma crise da forma da dominação burguesa no Brasil*, gestada fundamentalmente pela contradição de demandas derivada da dinâmica do desenvolvimento embasado na industrialização pesada e na modalidade de intervenção, articulação e intervenção das classes e camadas sociais no sistema de poder político. (NETTO, 2015, p. 42, grifos do autor).

A Ditadura Empresarial-Militar, ou melhor, nas palavras de Netto (2015), a “autocracia burguesa”<sup>35</sup> implementada através do golpe de 1964 modifica condicionalmente todos os setores da sociedade brasileira, e não foi diferente com o Serviço Social. Este imerso em complexo contexto social, irá apresentar traços constitutivos e específicos estimulados nos marcos do regime ditatorial.

O golpe se configurou numa ação necessária para consolidação do modo de produção capitalista em meio as particularidades da formação sócio-histórica brasileira. Fortalecendo seu viés político-ideológico, a “autocracia burguesa” cria as condições necessárias para a implantação e abertura do país para o mercado internacional, consolidando em território nacional a era dos monopólios, que nos moldes brasileiros expande a acumulação do capital e reafirma sua posição periférica e dependente na divisão internacional do trabalho.

É neste período histórico que estava inserido o Serviço Social, que foi submetido as necessidades impostas pela ordem instituída nos marcos da Ditadura Empresarial-Militar de teor conservador que exigia mudanças na formação profissional, que fossem capazes de atuar segundo as novas condições postas pelo golpe.

Tais condições vinculam-se sobretudo à organização do Estado e às modificações profundas na sociedade que se efetivaram durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital. Elas ferem o Serviço Social, não exclusiva, mas especialmente, em dois

---

<sup>35</sup> Autocracia burguesa é o termo utilizado por José Paulo Netto para designar a ditadura empresarial-militar insaturada no Brasil em 1964, em sua obra *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*.

níveis, imbricados, porém diferenciados por especificidades: o da sua prática e da sua formação profissional. (NETTO, 2015, p. 157).

A instauração das novas condições referentes ao exercício profissional se dava devido a reorganização do Estado, suas profundas modificações nos tipos e formas de oferta das políticas sociais, e sua inserção no serviço público. Segundo Neto (2015), com a implementação da indústria internacional e conseqüentemente o aumento da contratação de mão-de-obra, nascia um novo campo de trabalho para os assistentes sociais brasileiros, o trabalho empresarial. Não podemos perder de vista que neste momento estávamos vivenciando as medidas do estado de segurança nacional, o fato da inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho empresarial deve-se também a necessidade de “vigilância e controle da força de trabalho no território de produção”. (NETTO, 2015, p. 161).

A inserção dos assistentes sociais no serviço público fez com que esses agentes tivessem contato com o alto nível de burocratização, procedimentos e organização que exigiam desses profissionais um quadro organizacional e dinâmico jamais exigido em seu exercício de trabalho. Esse fato, segundo Netto (2015, p. 163), que é “um vetor de erosão do Serviço Social “tradicional”: implicou um dimensionamento técnico-racional, [...] de legitimação [e] condução”. E são a partir destas condições que formam viabilizadas importantes mudanças para a formação profissional.

Estava ali posta a mudança do perfil profissional; para se produzir tal perfil fez-se necessário a utilização da “política de educação da ditadura” (NETTO, 2015, p. 163), que tinha por objetivo a “refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper [...] com o confessionalíssimo, o paroquialismo e o provincianismo” (NETTO, 2015, p. 163), vinculado ao Serviço Social brasileiro. Penetrando-se na contramão do que se era aplicado em outras profissões no regime ditatorial, o Serviço Social ingressa pela primeira vez no espaço universitário.

As exigências e dinâmica da “autocracia burguesa” realiza um movimento de rotação no Serviço Social, balizado pela necessidade econômica, política e social para se manter de pé tal sistematização. Assim, “redefine-se as bases da legitimidade da profissão ao se redefinir as exigências do mercado de trabalho e o quadro de formação” (NETTO, 2015, p. 167).

A aproximação do Serviço Social no meio acadêmico, e seu contato com matérias das ciências sociais aplicadas como a psicologia social, antropologia e a sociologia passam a engendrar os fundamentos desta profissão, causando seu distanciamento e sua ligação formal com a religiosidade católica, a qual no início influenciou a formação e atuação dos Assistentes Sociais brasileiros. Esse distanciamento, é visto pela laicização<sup>36</sup> da profissão como o que se constitui um dos principais aspectos do processo de renovação do Serviço Social.

O processo de renovação da profissão se dá em meio ao regime ditatorial na década de 1970, e se desenha de acordo com suas necessidades. Segundo Netto (2015, p. 172), o projeto de renovação pode ser classificado como um:

Conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o serviço social articulou, a base do rearranjo de suas tradições e da sua assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de repostas e demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Dessa forma, entendemos que pela primeira vez inicia-se um movimento de quebra da hegemonia das tendências conservadoras na profissão, características do chamado “Serviço Social tradicional”, tendo em vista as mudanças realizadas pelo processo de renovação. Entretanto, não podemos deixar de salientar que o processo de renovação conserva traços constitutivos do Serviço Social tradicional (no mínimo em suas duas primeiras fases), e seu nascimento dentro do regime empresarial-militar marca de forma peculiar sua ligação com o contexto social, político e econômico de sua época.

A inserção do Serviço Social no centro universitário faz com que esses agentes se aproximassem da pesquisa e investigação, e assim se forja no interior da profissão um processo de desenvolvimento e acúmulo de conhecimento sobre a própria atividade. Nesse sentido, “o processo de renovação configura um movimento cumulativo, com estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítica distinta” (NETTO, 2015, p. 198), as mudanças no Serviço Social impulsionado pelo processo de educação ditatorial que pretendia a qualificação da mão-de-obra, acabou por abrir espaço para o pluralismo teórico. Esse, influenciado por fundamentos sociais mais

---

<sup>36</sup> Segundo Netto (2015, p. 169) a laicização “é um dos elementos característicos da renovação do serviço social”.

abrangentes, proporciona uma leitura socio-conjuntural da sociedade e seus processos históricos, inclusive realiza uma leitura do próprio processo ditatorial em que estava emerso.

O processo da renovação profissional, iniciado na década de 1960, apresenta três perspectivas diferentes:

a) a modernizadora, alicerçada nos documentos de Araxá e Teresópolis, em que o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo; b) a reatualização do conservadorismo, cuja concepção se assentava na fenomenologia pela autorrepresentação da profissão, rejeição ao positivismo, presente na tradição modernizadora, e à teoria social de Marx; c) a terceira se expressou no legado marxiano e na tradição marxista por meio do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo, que conquistou sua hegemonia a partir de 1979. (ABRAMIDES, 2016, p. 460).

Os espaços de reflexões se expandiam a cada dia, a ponto de serem criados os encontros de teorização da profissão (Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista) que teve como objetivo uma maior abrangência dos debates sobre a própria profissão. Conforme apontado, os encontros de Araxá e Teresópolis se inscrevem naquela perspectiva denominada de “modernizadora”. O encontro de Araxá<sup>37</sup>, realizado na cidade de Araxá-MG no ano de 1967, foi uma tentativa de rompimento com a teoria e prática tradicional. Apesar de não ter conseguido atingir esse fim, o encontro foi de suma importância para a teorização, discursão e reflexão do cargo.

[...] se trata mesmo de uma dominância teórica. Uma vez que não se rompe profundas e conseqüentemente com o tradicionalismo, seus traços rebatem e repicam na justificação da ação interventiva, na

---

<sup>37</sup>“documento de Araxá, construído durante a ditadura militar, com um seminário de teorização do Serviço Social. Aconteceu entre os dias 19 e 26 de março de 1967, na cidade de Araxá (Minas Gerais). Composto por 38 assistentes sociais juntamente com o Comitê Brasileiro Internacional de Serviço Social (CBCISS), cujo objetivo foi o de entender a atuação microsocial (junto ao indivíduo com desajuste familiar e social), juntamente com o macrosocietário (o desenvolvimento). Este documento buscou definições da natureza, dos objetivos, das funções e da metodologia, juntos à teoria e à prática. O documento de Araxá proporcionou adequações na metodologia e nas funções do Serviço Social, em que foram definidos dois níveis de atuação: a microatuação (operacional - compete sobre a administração e prestações de serviços e direitos); a macroatuação (planejamento, implantação e melhoria da utilização da infraestrutura social, através dos objetivos remotos (desenvolvimento, valorização e melhoria do ser humano) e o objetivo operacional (identificar e tratar problemas residuais que impedem indivíduos, famílias, grupo e comunidades alcançarem padrões econômicos e sociais). O Seminário de Araxá caracterizou-se principalmente na busca pela conformação do moderno sobre o tradicional, preservando traços conservadores da profissão”. (SILVA, 2019, p. 04)

delimitação dos meios e objetos de intervenção e na própria representação da funcionalidade da profissão. (NETTO, 2015, p. 228).

O encontro de Teresópolis<sup>38</sup>, realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1970, pode ser entendido como uma continuidade do encontro de Araxá. Entretanto, em seus documentos pode ser encontrado uma tendência que refuncionaliza sua prática e alinha seu papel institucional de acordo com os objetivos da “autocracia burguesa”. “as reflexões de Teresópolis cristalizaram a tendência já expressa no documento de 1967 (Araxá)”. (NETTO, 2015, p. 247).

Teresópolis propõe tanto uma redução quanto uma verticalização do seu saber e do seu fazer. A redução está ligada a própria condição “funcionária” do profissional: as tradicionais indagações valorativas são deslocadas pelo privilégio da eficácia manipulativa, e o assistente social é investido básica e extremamente executivo. (NETTO, 2015, p. 247).

Tanto o encontro de Araxá, como o encontro de Teresópolis são eventos que se constituíram enquanto propostas estreitamente alinhadas com a ordem vigente, conservando traços constitutivos e peculiares do momento histórico. O encontro de Sumaré e Alto da Boa Vista, inscritos naquela perspectiva da reatualização do conservadorismo<sup>39</sup>, se diferenciam por apresentarem aspectos sócio-históricos, profissionais e questionamentos teóricos quando comparado aos encontros de Araxá e Teresópolis. Abordaram a relação do Serviço Social com a ciência, a fenomenologia e a dialética, na tentativa de compor o objeto de intervenção da profissão, de modo que “o exame dos resultantes de Sumaré e do Alto da Boa Vista patenteia que o processo de renovação profissional já transitava por outros condutos e envolvia outros protagonistas” (NETTO, 2015, p. 258).

---

<sup>38</sup> “O Seminário de Teresópolis, que aconteceu na década de 1970, tendo características diversas. Contou com a participação de 33 profissionais, cuja temática foi a da necessidade de um estudo sobre a Metodologia de Serviço Social, junto à realidade brasileira do momento. Nesse sentido, foi consolidada a perspectiva modernizadora, em que podemos perceber que o tradicional foi substituído pelo moderno dentro de uma linhagem positivista. Contudo, o assistente social passa a fazer uma intervenção planejada, buscando o enfrentamento junto à prática profissional do Serviço Social, firmando um novo papel sociopolítico, com base na modernização conservadora”. (SILVA, 2019, p.05)

<sup>39</sup> “Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e prática, e os repões sobre uma base teórica-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico dialético, de raiz marxiana.

Mas, o que nos interessa é analisar que todo esse processo ocorre em pleno desenvolvimento e articulação da ditadura empresarial-militar, e esse é um momento singular da formação sócio-histórica da profissão. É nesse contexto de debate sobre as perspectivas do serviço e sua reformulação que nasce, segundo Abramides (2016), a terceira proposta do processo de renovação da profissão, que disputaria o projeto profissional: **a perspectiva de intenção de ruptura**.

A proposta da intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro tem como espelho o processo de reconceituação latino-americano iniciado na década de 1960 que, segundo Abramides (2016, p. 460), pode ser considerado como “a primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista”. O movimento de aproximação do Serviço Social brasileiro com a teoria marxista, que se espelhou no processo de reconceituação latino-americano tinha sua base:

[...] na busca de construção de um Serviço Social latino-americano: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. (IAMAMOTO, 2018, p. 213).

Segundo as particularidades brasileiras, essa perspectiva foi inicializada pelo processo conhecido como “método BH<sup>40</sup>” na Universidade Católica de Minas Gerais e teve seus fundamentos ancorados na:

[...] teoria social de Marx e do materialismo histórico e dialético na compreensão do significado social da profissão, das contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, na direção de uma nova sociabilidade humana. (ABRAMIDES, 2016, p. 460).

Apesar desta proposta ter iniciado através do “método BH”, ela não se resume a ele. A intensão de rompimento com o conservadorismo está ligada a um conjunto de acontecimentos e expressões que corriam nas veias da sociedade brasileira em plena crise do autoritarismo do Estado. Os movimentos sindicais, estudantis, de organizações, e da própria classe trabalhadora foram de suma importância para o

---

<sup>40</sup> Segundo Netto (2015) O “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa de práticas próprias do tradicionalismo, envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive de um conjunto de suportes acadêmicos para a formação de quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social”.

processo de redemocratização do país, como também criaram espaços onde se pode gestar e efetivar a intenção de ruptura. Com efeito, “um aspecto decisivo deste processo com o conservadorismo se localizou no vigoroso movimento sindical dos assistentes sociais, nos marcos de um sindicalismo de lutas que irrompia a conjuntura do país”. (ABRAMIDES, 2016, p. 463).

Vale salientar que a perspectiva dessa intenção de rompimento encontra-se em uma conjuntura que se diferencia das demais, apesar de não iniciar em um momento de crise do regime militar, ela ganha espaço em seu início juntamente com a retomada da classe operária ao cenário político. Assim, criando condições essenciais para que essa proposta pudesse se desenvolver.

Essa proposta está diretamente ligada ao processo de redemocratização do país, seu caráter político, democrático e antiditatorial são elementos imprescindíveis para sua caracterização. Sendo assim, a intensão de ruptura pode ser considerada:

Uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem – e este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que só seria recuperado no seu terceiro momento – em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação. (NETTO, 2015, p. 335).

O que nos interessa neste cenário, é que com ele se inicia o processo de desencadeamento do amadurecimento acadêmico, um amadurecimento produzido e conduzido em um local específico (universidade), e esse processo contribui para a aproximação do Serviço Social com o marxismo acadêmico.

Esta maturação acadêmica - ainda em tempos sombrios que lançou profundas amarras sobre a sociedade civil – irá florescer no período da crise da ditadura, fazendo com que o Serviço Social viva um *descompasso: ao mesmo tempo em que dispõe de condições materiais para dar o salto necessário tendo em vista responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, carecia de massa crítica para embasar uma auto renovação nesses rumos.* (IAMAMOTO, 2018, p. 216, grifos da autora).

Aqui surge a necessidade de um embasamento crítico-marxista, e é partindo dessa necessidade concreta que, de acordo com Santos (2008), a aproximação do Serviço Social ao marxismo ocorre em três estágios, inicia-se esse movimento pela aproximação do *marxismo político* através do processo de militância, decorrente do

processo de democratização do país. Em seu segundo momento, ocorre a aproximação com o *marxismo acadêmico*, o qual possuía um entendimento enviesado da teoria marxiana e esse fato traz consigo marcas da redução epistemológica.

Enfim, o terceiro estágio, refere-se à *apropriação da teoria marxista para a reflexão da prática profissional*, bem como a problemática da formação e seus campos de intervenção que passa a ser analisados sob uma perspectiva crítica que se relaciona com os movimentos societários, dialogando com a luta de classe sobre o modo de produção capitalista. Porém, toda essa transformação só foi possível devido ao:

[...] processo de ascensão dos movimentos políticos das classes trabalhadoras e das lutas em torno da defesa do Estado de Direito, da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e mostrou-se sensível aos clamores da história. (IAMAMOTO, 2018, p. 217).

Assim, esse movimento pode ser caracterizado sendo “um movimento contraditório e complexo de um sujeito histórico que conseguiu tanto quanto possível, se libertar da reificação, permitindo que acendessem ao consciente as contradições imanentes do processo histórico-social”. (MARTINELLI, 2000, p. 137). Essa relação possibilitou a ampliação da visão social da profissão, que passou a vislumbrar “as desigualdades e antagonismos inerentes ao capital como relação social, desvendando-a em suas contradições, as quais impulsionam o movimento de ultrapassagem dessa forma histórica de organização da vida em sociedade”. (IAMAMOTO, 2018, p. 206).

Dessa forma, a aproximação do Serviço Social ao marxismo se tornou um fato substancial para formação sócio-histórica da ocupação. A teoria marxista oferece a ela fundamentos de horizontes críticos, que propiciam aos assistentes sociais a oportunidade de pensar seu exercício profissional e sua abordagem teórico-metodológica com base nas determinações que conformam as particularidades capitalistas da realidade social brasileira assim, (re)significando conceitos e abordagens que resultam em traços concretos de rompimento com o Serviço Social tradicional. O Serviço Social acaba por optar pelo método dialético:

[...] que consiste em uma maneira de ler a sociedade capitalista, captando os fenômenos em suas múltiplas relações e determinações,

em sua processualidade enquanto totalidade histórica, atribuindo visibilidade à negatividade do trabalho. (IAMAMOTO, 2018, p. 206).

Tal relação se constitui a partir de um longo processo de disputa política, teórica, metodológica e ideológica em meio a uma luta de correlação de forças históricas que permearam o processo histórico do Serviço Social brasileiro. Tais disputas favoreceram a teorização e, conseqüentemente, o acúmulo de conhecimento da profissão sobre um novo horizonte que se constituía. O processo de redemocratização e os movimentos das forças sociais por ele exigido, juntamente com o engajamento e a organização política da profissão nesse processo, são fatos que favoreceram a emergência do que convencionou-se denominar de Projeto Ético Político da Profissão (PEPP), orientado pela teoria crítica, que propõe a luta constante e um molde de sociedade alternativo que se posiciona contra a lógica do capital, contra os processos de reificação, monopólio e a acumulação desenfreada do capital.

Todos somos desafiados a decifrar o movimento das forças sociais na atualidade e suas refrações nas condições e relações de trabalho em que operamos. E nos unirmos às forças sociais que apostam nos interesses e necessidades das maiorias trabalhadoras, apoiando, no trabalho cotidiano e por meio de nossas entidades representativas, os sujeitos individuais e coletivos que requerem e defendem seus direitos, suas formas de expressão culturais e suas lutas políticas. Estas são condições para (re)construir estratégias profissionais que possam vivificar, em condições adversas do presente, os rumos emancipatórios de nosso projeto profissional. (IAMAMOTO, 2018, p. 220-221).

Portanto, segundo Bairro e Bulla (2017, p. 02) “observa-se que, a partir da década de 1980, ocorre o protagonismo de um Serviço Social crítico, aliado à classe trabalhadora e contrário ao sistema capitalista”. É através de um movimento contraditório e antagônico que o Serviço Social estabelece uma interlocução com o marxismo de forma hegemônica, mas, não homogênea. Instaura-se aqui um novo período no interior da profissão, um período que se relaciona com perspectiva crítico-dialética e seus eixos articuladores no embate da luta de classe, dos meios de produção, do modo de produção capitalista e principalmente, debate sobre as nuances da superação da sociedade de classe por meio da proposta do projeto profissional expressa no PEPP. Como afirma Iamamoto (2018):

Desde a década de 1980 sustento ser o Serviço Social uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e

técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais, distinto da prioridade do mercado, tão cara aos liberais. Indaga-se sobre o significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, numa perspectiva de totalidade histórica, (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982 in: IAMAMOTO, 2018, p. 212).

A aproximação da teoria crítica do Serviço Social influencia diretamente no posicionamento e organização política, na formulação e regulamentação da profissão em 1993 e na apreensão de seu significado social. O Código de Ética de 1986, e sua substituição em 1993, as diretrizes curriculares de 1996, a criação da ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social) que tem sua protoforma em 1960 e a própria formulação do projeto profissional na década de 1980, são frutos em parte da influência da teoria social crítica que se aproxima em momento histórico favorável que resulta em ganhos para a categoria profissional.

A regulamentação profissional acarreta no reconhecimento concreto e legal da profissão, que passa a criar, aperfeiçoar e gerir as políticas públicas ofertadas pelo Estado. Assim, “O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas, pelo Estado em face das ‘sequelas’ da questão social” (IAMAMOTO, 2018, p. 219)

A teoria social de Marx traz um ganho imensurável para a categoria, no momento que hegemonicamente é incorporado o conceito da “questão social”, enquanto consequência da relação capital/trabalho (a qual já discutimos anteriormente), e suguem as políticas sociais públicas como respostas as expressões da questão social, mediatizadas pelo Estado na correlação de forças das classes em disputa.

Na cadência da história, novos desafios se apresentam na interlocução entre marxismo e Serviço Social. Por um lado, decifrar o cenário que prevalência das finanças e as formas de captura dos Estados nacionais por parte dos blocos de poder, cujos desdobramentos reverberam nas políticas públicas. Por outro lado, acompanhar os conflitos, lutas e movimentos sociais na atualidade, intensificando formas de interlocução e apoio por parte da categoria de assistentes sociais com os mesmos. (IAMAMOTO, 2018, p.220)

Em sua atuação o assistente social é desafiado cotidianamente a intervir na realidade social, utilizando seu arcabouço teórico, metodológico, político e prático respeitando a pluralidade dentro da categoria profissional, mas, emerso na luta

intransigente dos direitos sociais da classe trabalhadora. Assim Iamamoto nos revela que;

Todos somos desafiados a decifrar o movimento das forças sociais na atualidade e suas refrações nas condições e relações de trabalho em que operamos. E nos unirmos às forças sociais que apostam nos interesses e necessidades das maiorias trabalhadoras, apoiando, no trabalho cotidiano e por meio de nossas entidades representativas, os sujeitos individuais e coletivos que requerem e defendem seus direitos, suas formas de expressão culturais e suas lutas políticas. Estas são condições para (re)construir estratégias profissionais que possam vivificar, em condições adversas do presente, os rumos emancipatórios de nosso projeto profissional. (IAMAMOTO, 2018, p. 220-221).

Como discutido, a aproximação do Serviço Social com a perspectiva marxista legou à profissão novas possibilidades de articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Aliado a esse movimento, acresce-se a consolidação da produção do conhecimento na área de Serviço Social, impulsionada pelo amadurecimento das pós-graduações *strictu sensu*. Todo esse conjunto de fatores contribuiu solidamente para a maturação do próprio Projeto Ético-Político Profissional e suas formas de materialização no cotidiano do exercício técnico. Com efeito, tal maturação só foi(é) possível na perspectiva de articulação dessa projeção profissional, articulando-a a um projeto coletivo de transformação social, no qual incidem outras contribuições, tal qual o que nos interessa mais de perto nesse trabalho: o ecossocialismo. A partir das contribuições da teoria ecossocialista, assentadas na perspectiva marxista, torna-se então fundamental, problematizarmos suas possibilidades de contribuição ao adensamento do PEPP no âmbito do Serviço Social.

### **3.3 Utopia coletiva: projetos societários existentes entre o Serviço Social, a teoria marxista e o ecossocialismo**

No movimento concreto da produção e reprodução de vida estamos entranhados em várias dimensões sociais, seja ela política, ideológica, democrática, entre outras. Essas dimensões nos levam a reflexões, à medida que seus impactos adentram a nossa realidade concreta, dimensões essas pensadas por um coletivo plural, podendo ser de origem revolucionária ou simplesmente conservadora.

Tendo em vista o trabalho que desenvolvemos até aqui, onde construímos caminhos que possibilitaram o debate sócio-histórico sobre o Serviço Social e a teoria ecossocialista, é que nosso objetivo nesse momento é realizar uma articulação que deseja aproximar o Serviço Social brasileiro à teoria ecossocialista, tendo como ponto transversal entre as duas áreas do conhecimento o marxismo<sup>41</sup>. Essa aproximação se dará por meio de estudos de categorias contidas no Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) do Serviço Social em articulação com o Projeto Societário delineado pelo panorama ecossocialista.

Levando em consideração o debate teórico, ideológico e metodológico desenvolvido acerca da questão socioambiental realizado até aqui e seus desdobramentos históricos, é que acreditamos na possibilidade dessa aproximação. O ecossocialismo tem sua matriz assentada em categorias e objetos fins que se identificam com elementos teórico-metodológicos, bem como valores que sedimentam o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Assim, vislumbramos que a teoria ecossocialista pode contribuir para o aprofundamento do conhecimento no que se refere não somente a questão socioambiental, mas, também na possibilidade de oferta de uma sociedade alternativa a ordem vigente.

Ao se pensar em projeto societário, profissional ou ético, a primeira indagação necessária a ser realizada é: qual o tipo de sociedade em que vivemos? Pois, somente partindo da concepção de uma sociedade de classe que carrega em sua formação os signos da contradição e do antagonismo, que podemos firmar um projeto coletivo. Compartilhamos aqui do ideário de Lukács (2012), que afirma que toda interação da humanidade se constitui a partir das relações sociais, e essas relações são mediatizadas pelo trabalho, sendo este o fundamento ontológico do ser social.

O Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) do Serviço Social, como vimos no tópico anterior, nasce em meio ao processo de redemocratização do país e consolida-se na década de 1990. Podemos caracterizá-lo nos termos de Marx (1997), como

---

<sup>41</sup> Vale destacar que, enquanto uma teoria social, calcada na perspectiva de totalidade, é essa transversalidade disposta pelo marxismo que pode nos permitir apreender pontos de contribuição em comum às diversas áreas de conhecimento que tem naquela abordagem teórico-metodológica seu ponto de sustentação. Disso deriva, notadamente, compromissos ético-políticos articulados a um horizonte emancipatório, e nesse percurso, cumpre-nos apreender, a partir dos distintos caminhos percorridos por essas áreas do conhecimento, o que pode se constituir como contribuições que permitam no adensamento de um projeto radicalmente coletivo de transformação social.

radical<sup>42</sup> pela sua essência investigativa de buscar a origem (raízes) dos fenômenos, a partir do próprio conjunto de relações estabelecidas em sociedade. Um projeto profissional requer a produção de uma prática previamente orientada, não é diferente com o Serviço Social, onde o mundo material classista nos põem suas contradições, e cabe a esse projeto por meio do mundo ideal-político pensar em alternativas concretas que vissem sua superação.

As últimas linhas acima retratam o processo teleológico que é essencial para a criação de uma práxis, tal bem retratado por Lukács (2012). O contexto da “autocracia burguesa” (NETTO, 2015), período que foi gestado o projeto profissional, influencia de forma substancial os valores adotados pelo PEPP.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 1999, p. 04).

A construção do projeto profissional do Serviço Social se consolida enquanto hegemônico, e esse fato colabora para a elaboração da imagem social da profissão, que juntamente com o projeto ético-político conformam um parêntese essencial na defesa intransigente da liberdade do exercício profissional. Assim, este aparelho tem:

Em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central — a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p.15).

O Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) ganha materialidade, segundo Teixeira e Braz (2009, p. 8-9), sobe três componentes:

a) A produção de conhecimento no interior do serviço social, através da qual conhecemos a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos

---

<sup>42</sup> “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem”. (MARX. idem, p. 8, apud, IAMAMOTO, 2018, p. 205).

reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivo em relação e ele.

b) As instâncias político-organizativas da profissão, que envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão.

c) Dimensão jurídico-política da profissão, na qual se constitui o arcabouço legal e institucional, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão.

Observamos que o PEPP da profissão se materializa sobre três grandes dimensões: a **dimensão investigativa**, que está diretamente relacionada com a produção de conhecimento desenvolvido no interior da profissão; a **dimensão organizativa**, a qual está vinculada a forma pela qual a profissão se organiza politicamente em suas entidades representativas<sup>43</sup>; a **dimensão jurídica**, a qual se concentra todo aparato jurídico-legal construído pelo cargo, a exemplo do código de ética da profissão, a leis de regulamentação, e as diretrizes curriculares.

É sobre essas bases (dimensões) que se materializa também o Código de Ética da profissão, elemento de suma importância para as nossas análises. Tendo em vista que, este contém sucedâneas de orientações e priorizações valorativas que alinhado com o projeto profissional orienta a execução da prática e conseqüentemente materializa (no mínimo em parte) o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP). Partindo das relações estabelecidas institucionalmente em seus espaços sócio-ocupacionais, em sua relação com o usuário.

Mas, o que de fato nos chama a atenção, e que está posto tanto no texto de Netto (1999) e de Teixeira e Braz (2009), é que o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) se configura de forma tão fecunda que ele nos transmite a partir do rigor de suas formulações teóricas, metodológicas, ideológicas e práticas que, em primeira análise, ele pode ser considerado em articulação a um projeto societário. É fato que o projeto elaborado no interior da profissão é um projeto coletivo comprometido com valores que visam a superação das contradições e antagonismo existente na sociedade de classe.

Todavia, não podemos confundir-lo com um projeto societário de transformação da ordem social, apesar de os projetos societários estarem “presentes na dinâmica de

---

<sup>43</sup> Podemos usar como exemplos de entidades representativas da profissão; o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Centros Acadêmico (CA), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e os Sindicatos e Associações Profissionais.

qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 05). Não cabe a essa categoria profissional o papel protagonista de processos radicalmente comprometidos de transformação, no âmbito de uma revolução social, cabe somente a essa categoria dentro de seus marcos institucionais, políticos e jurídicos, delimitados pela sociedade de classe. Trabalhar valores e práticas que dentro da realidade concreta de sua categoria caminhem para a plena liberdade e emancipação de todos os sujeitos sociais.

Projetos societários podem ser construídos com objetivos de manter a ordem vigente, se classificando enquanto conservador, ou pode ser construído a afim de sua superação sendo assim, considerado revolucionário. Apesar do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social no interior da profissão defender o pluralismo, sua formulação tem seus fundamentos explicitamente ligados a teoria marxista/marxiana, a qual aponta a superação do capital por meio da implementação do socialismo. O socialismo se configura como sendo um projeto societário que tem como fim a supressão da sociedade de classe e conseqüentemente a socialização dos meios de produção, alterando a forma atual de subsunção do trabalho ao capital, por meio das relações de assalariamento. Pressupõe-se, pois, a reafirmação do sentido ontológico do trabalho e sua capacidade de expansão das potencialidades humano-genéricas.

É sabido que, a teoria ecossocialista também possui seus contornos históricos na teoria socialista, e tem como principal fundante do seu pensamento a teoria marxiana, apesar de realizar algumas ressalvas ao viés produtivista tanto do chamado “socialismo real”<sup>44</sup>, quanto a alguns dos elementos da teoria social de Marx (LÖWY, 2005, 2013, 2014). Nos interessa aqui, a proposta encaminhada pelos ecossocialistas que, ao mesmo tempo que tem seus fundamentos na teoria marxiana/marxista e conseqüentemente no socialismo, elabora uma proposta de sociabilidade que aglutina elementos indispensáveis para se pensar, a médio e longo prazo, a continuidade da produção e reprodução da vida em seu amplo sentido<sup>45</sup>.

Tendo em vista todo o desenvolvimento até aqui, iniciaremos as tentativas de aproximação ainda que de forma introdutória, pois, não é nosso objetivo neste primeiro momento, o aprofundamento das categorias de análises encontradas na

---

<sup>44</sup> As ressalvas feita pela teoria ecossocialista são através da experiência do socialismo real.

<sup>45</sup> Utilizamos a expressão amplo sentido para transmitir que a teoria ecossocialista realiza um esforço para se pensar em alternativas que visem manter todas formas de vida estável no planeta.

teoria social dos ecossocialistas, que podem ter pontos de convergência com princípios presentes no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Um dos pontos que nos parece importante destacar nessas convergências possíveis de serem extraídas dos dois horizontes sociais que se refere a **proposta de construção social de outros moldes de socialização, uma sociedade sem exploração de classe, sem alienação do trabalho e principalmente visam a socialização dos meios de produção**. O Código de Ética do Serviço Social, em seu VIII princípio fundamental, lança suas expectativas e as vinculam ao seu projeto profissional, a construção de uma sociedade sem dominação a partir da: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24). Nesse mesmo sentido, o ecossocialismo propõe “uma transformação revolucionária da sociedade para além do capitalismo. [...] um paradigma de civilização alternativa e de uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais” (LÖWY, 2013, p. 84). Aqui, podemos afirmar que à princípio existe uma possibilidade de convergência, se analisarmos que ambos tendem a superação do capitalismo.

Ao adentrar nos projetos, encontramos o caminho pelo qual ambos pretendem ou vislumbram concretizar suas formulações. Encontramos a **liberdade** e a **justiça social** enquanto valores centrais para a constituição de uma sociedade justa. Nos chama a atenção, o fato que ambos os projetos utilizam a democracia como elemento essencial para a instituição de seus objetivos. Vejamos:

[...] os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. (CFESS, 2012, p. 21).

Se torna inviável para a profissão tanto no âmbito de sua abstração teórica, quanto na constituição de sua prática se pensar em um projeto societário alternativo sem o alargamento generalizado da **democracia**, pois, acredita-se que esta pode proporcionar a liberdade e justiça social de forma coletiva. Assim, pode ser um fator “que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social”. (CFESS, 2012, p. 21).

Quando falamos em caminhos para a construção de saídas alternativas, a teoria ecossocialista também nos propõe a democracia como caminho que pode propiciar o florescimento dessa alternativa. Porém, essa teoria aprofunda o debate que cerca a categoria democracia e afirma que a nova ordem civilizatória por ela proposta só poderia ser efetivada a partir de “um planejamento democrático que possa permitir à sociedade a possibilidade de definir seus objetivos no que concerne ao investimento e produção”. (LÖWY, 2014, p. 72). Esta teoria relaciona o planejamento democrático diretamente com os moldes de produção, pois, entende-se que é no mundo da produção que se realiza o mundo material, que conseqüentemente supre as necessidades materiais da humanidade. Por isso, entende-se que, “o controle público dos meios de produção e um planejamento democrático são igualmente indispensáveis” (LÖWY, 2014, p. 77), bem como aplicar o controle coletivo dos meios de produção relacionando a um planejamento democrático, na teoria Ecossocialista implica na construção de uma “ética democrática” (LÖWY, 2014, p. 67).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, ainda na perspectiva de construção do caminho de transformação social, no IV princípio fundamental reafirma seu compromisso democrático, ao passo que defende a socialização dos bens socialmente produzidos. “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzidas” (CFESS, 2012, p. 23). Enquanto o âmbito do compromisso ético do Serviço Social defende a socialização das riquezas produzidas de forma coletiva, a teoria ecossocialista além de afirmar esse ato, aprofunda a temática demonstrando como se daria esse processo:

A exigência ético-social de satisfação das necessidades sociais só tem sentido num espírito de justiça social, de igualdade — o que não quer dizer homogeneização — e de solidariedade. Implica em última análise, na apropriação coletiva dos meios de produção e na distribuição dos bens e dos serviços “cada qual segundo suas necessidades”. (LÖWY, 2014, p. 67, grifos do autor)

Nesta visão, o Código de Ética do Serviço Social no seu III princípio fundamental visa a: “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 2012, p. 23). Entendemos que a luta pela ampliação da cidadania se inicia na sociedade de classe e pode ser ampliada com a sua extinção, a partir da estabilização de uma nova ordem. A teoria

ecossocialista também não perde de vista esse horizonte, é sabido que com a efetivação da ética-democrática<sup>46</sup> teríamos uma produção orientada “à satisfação das necessidades autênticas, para começar por aquelas que poderíamos qualificar como “bíblicas” — água, comida, roupa e habitação [...] saúde, educação, cultura e transporte” (LÖWY, 2014, p. 90).

Quando falamos de uma sociedade sem exploração, sem dominação<sup>47</sup>, da socialização dos bens produzidos<sup>48</sup>, estamos falando também da categoria *trabalho* que pode ser encontrada em ambos os projetos. Segundo Marx (1983), é por meio do trabalho que satisfazemos nossas necessidades, e dele que surge os bens materiais para a continuidade da reprodução da vida, então este é uma categoria central para o processo de transformação social.

Impossível abordarmos o trabalho e as possibilidades de transformação social sem abordamos o processo de luta de classes. Esse processo também é encontrado em ambos os projetos e parte dessa categoria a organização e ação-prática para tais transformações. Os princípios III e VIII, conforme já sinalizados, dispõem do compromisso de classe, que conseqüentemente se desagua no processo antagônico da luta de classe. A teoria ecossocialista apresenta pontos de convergência nesse âmbito ao adentrar na categoria de luta de classe e entender que “o ecossocialismo é uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, das lutas de classe e das lutas ecológicas”. (LÖWY, 2013, p. 83).

Se torna válido agora adentrarmos nas aproximações/contribuições que a teoria ecossocialista pode oferecer ao projeto ético-político do Serviço Social, partindo das dimensões teórico-metodológicas; e técnico-operativas da profissão, tendo em vista, que a dimensão ético-política já delineamos no decorrer desse capítulo. A dimensão teórico-metodológica está ligada com a produção/apropriação do conhecimento produzido/acolhido no interior da profissão, é nesta dimensão que se desenvolve o

---

<sup>46</sup> O termo ética-democrática é utilizado por Löwy para designar um complexo processo que poderá ocorrer com a implementação do ecossocialismo, ética pelo seu valor de escolha e democrática pelo seu viés coletivo. “O ecossocialismo implica também em uma ética democrática: enquanto as decisões econômicas e as escolhas produtivistas ficarem nas mãos de uma oligarquia de capitalistas, banqueiros e tecnocratas - ou no desaparecido sistema das economias estatizadas, de uma burocracia que escapa de todo e qualquer controle democrático - jamais sairemos do ciclo infernal do produtivíssimo, da exploração dos trabalhadores e da destruição do meio ambiente.”. (LÖWY, 2014, p. 73).

<sup>47</sup> Princípio VIII do código de ética de 1993.

<sup>48</sup> Princípio VIII do código de ética de 1993.

processo teleológico, processo indispensável para se pensar a construção de uma nova ordem.

A dimensão, teórico-metodológica, prevê uma formação crítica, reflexiva e analítica que consiste no entendimento da pessoa, enquanto sujeito de direito, autônomo, capaz de realizar as suas escolhas conforme as suas demandas. Tendo o projeto profissional, como finalidade em possibilitar a criação de um espaço societário democrático, participativo, por meio da socialização e construção conjunta de conhecimentos. (TAVARES, 2020, p. 896).

Essa dimensão pode se relacionar diretamente com o projeto societário ecossocialista ao passo que reconhece a produção de conhecimento crítico produzido por esse projeto. É na socialização conjunta, na abordagem de conceitos e categorias com vista a interesses comuns que se pode realizar uma aproximação entre ambos os projetos, cujo fim seja a emancipação dos sujeitos sociais e, conseqüentemente a construção de uma nova ordem civilizatória.

A dimensão ético-política é responsável pela impressão de valores da profissão, colaborando com a inserção de valores indispensáveis para a garantia da vida humana, tendo como horizonte a construção de uma nova ordem. Tem suas bases apoiadas no código de ética de 1993, na lei de regulamentação da profissão (lei 8.662/93) e nas diretrizes curriculares de 1996, assim esta dimensão:

[...] baseia-se nos princípios e valores do código de ética profissional, na defesa de uma nova ordem societária, na luta pela democracia, socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, assim como pela expansão e consolidação da cidadania. De forma especial, compete ao/à assistente social uma contribuição efetiva nesse processo de manutenção e ampliação dos direitos sociais e políticos das classes trabalhadoras, e, conseqüentemente, por uma redefinição mais abrangente da cidadania. (TAVARES, 2020, p. 901).

Em nossa análise, essa dimensão possui um forte caráter político que se configura de forma essencial no traçar das perspectivas do caminho a ser seguido pela profissão, pois, ela juntamente com a dimensão teórica-metodológica desenha o objetivo fim do projeto ético-político da profissão. A teoria ecossocialista pode consolidar com essa dimensão ao passo que aprofunda o debate teórico acerca das categorias como a democracia; a liberdade; a justiça social; a cidadania entre outras, oferecendo terreno para a saída da imediatividade e alargando os espaços de reflexão crítica a curto e longo prazo.

A dimensão técnico-operativa está relacionada ao exercício profissional, e esta é orientada segundo seu arcabouço teórico-metodológico e ético-político. Ela está ligada a criação/consolidação do que Netto (1999) outrora chamava de autoimagem da profissão, por conseguinte a dimensão técnica-operativa:

[...] refere-se aos elementos técnicos e instrumentais para o desenvolvimento da intervenção, ela está vinculada aos fins e objetivos do fazer do assistente social. Sendo assim, os instrumentos e técnicas são estratégias, sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade. Perpassando pela análise da realidade, interpretando-a a partir da totalidade, em seus aspectos políticos, sociais, éticos, econômicos e culturais. (TAVARES, 2020, p. 899).

Se pensamos que temos um arcabouço teórico crítico sempre imerso em um processo histórico-dialético, uma dimensão ético-política legalmente legitimada com objetivos fins pré-definidos, se torna necessário se pensar a dimensão técnico-operativa enquanto sempre que possível em estratégia para a implementação de uma prática emancipatória (quanto que possível nos limites institucionais do exercício da profissional).

É neste horizonte que o projeto societário ecossocialista pode contribuir para essa dimensão, na medida em que baliza seu acúmulo de conhecimento sobre a ordem burguesa e seu processo teleológico acerca da uma civilização ecossocialista. É possível desde a ordem burguesa, realizar articulações coletivas que visem sua superação, e essas articulações podem estar também ligadas ao uso de instrumentos técnicos utilizados pela categoria profissional, que partindo da categoria de consciência de classe poderá imprimir em seus recursos profissionais valores que visem a superação da ordem burguesa. Uma dessas alternativas de articulação entre as demandas profissionais, como expressão da legitimidade social do Serviço Social e uma das pautas da teoria ecossocialista, refere-se à perspectiva de justiça, que demonstra, por sua vez, interessantes pontos de contribuições recíprocas na visão de construção de um horizonte emancipatório.

**3.4 Da Justiça Social à Justiça Socioambiental:** Contribuições da teoria ecossocialista para o Serviço Social

A concepção de justiça pode se apresentar em diversas formas, dado um período histórico e sua conjuntura política, social, cultural e econômica de um determinado território, e os cenários de disputa teórico-metodológicos, em questão. Logo, nos delimitaremos nesse momento a analisar o conceito de justiça nos marcos da sociabilidade capitalista e sua emergência no contexto liberal-democrata, assim, compartilharemos da concepção de Mascaro (2013) o qual afirma que: “No capitalismo, as referências concretas, estruturais, existenciais, históricas e sociais sobre o justo são relegadas a segundo plano. A referência maior da justiça no capitalismo, é o cumprimento do estabelecido pela própria norma jurídica estatal” (p.193). A partir desse pressuposto, entendemos que há concepções de justiça em disputa, as quais incidem sobre o objeto do presente trabalho, nos entrelaçamentos possíveis entre projeto ético-político do Serviço Social e a teoria ecosocialista, tendo como suporte teórico-metodológico a perspectiva marxista.

Para Mascaro (2013), a justiça exercida dentro do capitalismo é uma justiça que está formulada nas normas (leis, decretos, portarias, prescrições jurídicas, entre outros), ou seja, uma justiça formulada para e com o capital, a qual sustenta e legitima a viabilidade do modo de produção capitalista. Vale salientar que não pretendemos negar a importância da justiça normativa nos marcos do capitalismo, mas, nosso objetivo é por meio da reflexão crítica-dialética nos levar a pensar e repensar justamente esses mecanismos impostos, apreendendo outros horizontes possíveis da discussão.

A defesa intransigente pela propriedade privada burguesa é uma das principais marcas do papel da justiça nos limites do capital: “O lastro estrutural dessa organização política estatal está na própria articulação mercantil, na individualização e atomização dos interesses, na defesa dos contratos e na propriedade privada burguesa” (idem). Nesse contexto, é perceptível o papel do Estado, enquanto mediador, produtor e garantidor de tal justiça. Por isso, torna-se fundamental, apreender o papel do Estado, como organização jurídico-político das condições gerais de acumulação de capital, ou conforme nos alertavam Marx e Engels (2017): “o Estado é o comitê executivo da burguesia,”. Assim, “A estrutura política do capitalismo se funda no monopólio do poder formal e da violência nas mãos do Estado” (MASCARO, 2013, p.193), portanto, temos vivido sob uma justiça que possui:

[...] uma concepção de justiça meramente convencional, técnica e formal. Considera-se justo aquilo que as normas jurídicas estatais determinam, porque se considera justo, no final das contas, o poder do estado de subordinar as pessoas e o funcionamento contínuo, reiterado e ininterrupto dessa ordem. Ressalta, nessa concepção de justiça, o grande fetiche da legitimação do poder do estado e do caráter justo da submissão das pessoas aos mandos estatais. (MASCARO, 2013, p.194).

Somando-se a isso, Marx, em sua obra *Crítica ao Programa de Gotha* (2012), ao falar de outra conjuntura política, econômica, sistêmica e cultural, realiza uma radical crítica ao sistema jurídico burguês, onde afirma que a liberdade do homem só será possível por meio da sua supressão do modo de produção capitalista.

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, *apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!* (MARX, 2012, p. 33, apud, SARTORI, 2017, 346, grifos nossos)

Para o autor em questão, a justiça plena da humanidade só pode ser alcançada com a liberdade plena dos seus membros. Dessa forma, se faz necessária a construção de outro tipo de sociedade, onde a emancipação humana seja a grande bandeira social dessa nova ligação comunitária.

Tendo como premissas teórico-históricas os pressupostos que delineamos, revela-se fundamental entendermos como essa concepção de justiça é apreendida no interior do Serviço Social, a partir da referência dos valores e princípios que norteiam o chamado projeto ético-político da categoria, o qual adota um conceito de justiça baseado na teoria marxista, expressando-se nas produções teóricas formuladas pela vertente crítica do trabalho, que ganha uma maior materialidade e legitimação.

De acordo com esses aspectos, Vicente (1992) afirma que a noção de justiça do Serviço Social está atrelada a:

[...] construção do ideal utópico de igualdade humana, o questionamento da ordem social estabelecida e o imperativo ético determinante das transformações sociais históricas a partir da práxis humana”. Em síntese: “um conceito crítico de Justiça para o Serviço Social supõe repensar alternativamente o exercício técnico e social em

consonância com as tendências fundamentais da sociedade brasileira, no enfrentamento de suas problemáticas básicas de economia, política, cultura e história” (VICENTE, 1992, p. 685, apud COLLA, 2019, p.153).

É partindo dessa noção concreta de justiça, que atualmente é possível encontrar a justiça social em um dos princípios fundamentais assegurado no código de ética dos assistentes sociais desde 1993. O princípio V do código afirma um “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”, (CFESS, 2012, p.23). Em primeira instância, notamos uma delimitação de equidade e justiça social posto no código, tendo em vista que tal princípio está relacionado ao “acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais” (idem), o que em uma primeira análise nos parece uma justiça limitada aos marcos do capitalismo.

Em parte, de fato a justiça e equidade social posta na constituição de 1988 e no código de ética aqui trabalhado, se esbarra nos limites impostos pelo capital. No entanto, não devemos deixar de considerar a importância das lutas pela “universalização” do acesso aos direitos nos marcos do sistema capitalista, como nos alerta Boschetti;

[...] não se trata de negar as lutas pela universalização do acesso aos bens e serviços públicos como uma mediação importante para impor limites ao capital. A igualdade social não se realiza nos marcos do capitalismo, porque a acumulação e desigualdade são seu motor incessante, mas a luta pela universalização dos direitos integra uma estratégia de transição necessária, ainda que insuficiente. (BOSCHETTI, 2013, p. 69)

Aqui se expressa a máxima significativa no que se refere a necessidade da luta pelo direito de acesso, ainda que esta esteja neste momento imposta as amarras do capital, porém pode ser entendida enquanto “uma mediação importante para impor limites ao capital” (idem). A defesa intransigente pelo direito a justiça e equidade social dentro dos marcos capitalistas pode ser concebida enquanto “uma estratégia de transição necessária, ainda que insuficiente” (idem), para impor limites ao capital, assegurando o mínimo necessário para conduzir em uma perspectiva crítica-dialética o motor da revolução – a classe trabalhadora.

O sentido da defesa dos direitos, nos marcos da sociabilidade capitalista, portanto, é o de lutar para universalizar o acesso a bens e serviços, para redistribuir a riqueza socialmente produzida pela

ampliação de acesso ao fundo público, para fortalecer as lutas políticas a fim de consolidar a emancipação política e democratizar os espaços públicos, para ampliar o acesso aos bens e serviços e gritar contra as diferentes formas de discriminação e opressão. (BOSCHETTI, 2013, p.68)

Nesta perspectiva, “a equidade e a justiça devem ser componentes cotidianos da atuação do assistente social, porém na perspectiva de superação da ordem burguesa” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 127). As autoras Barroco e Terra (2012) também compartilham da mesma perspectiva que aqui estamos abordando, levando o debate para o cotidiano do exercício profissional.

A defesa da identidade da justiça social deve estar situada nas ações profissionais, visando, sobretudo assegurar o acesso aos bens e serviços relativos à programas e políticas sociais, como formas de mecanismo para possibilitar a satisfação das necessidades imediatas dos usuários. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 127).

As autoras reafirmam a necessidade do compromisso com a seguridade do acesso aos bens e serviços que estão relacionados aos programas e projetos sociais. Uma vez que o acesso ainda que limitado as políticas públicas sociais, pode diminuir, ou ao menos impedir, o aprofundamento das desigualdades sociais ocasionada através da má distribuição dos bens e serviços socialmente produzidos. Nesse sentido, se faz necessário que entendamos a relação entre igualdade e a equidade social, tendo em vista que ambas são elementos indispensáveis para a obtenção da justiça social. A luta por igualdade e equidade social inicia dentro do bojo do sistema capitalista, aguçada pelos diversos níveis da desigualdade estrutural que afetam diariamente a humanidade, ambas se configuram de suma importância enquanto instrumento de luta dentro das amarras do capital.

igualdade e equidade constituem valores essenciais para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e da solidariedade. Isto porque, quando grupos e indivíduos têm seus destinos entregues ao livre jogo do mercado, a tendência é o crescimento das diferenças sociais, do egoísmo possessivo e das mazelas características da sociedade capitalista. (AZEVEDO, 2013, p.131)

Sua importância para a desconstrução dos níveis de desigualdade e injustiça social, também é citado por Brites (2018)<sup>49</sup>, onde ressalta a necessidade de sua

---

<sup>49</sup> Citado do Brites (2018) no site do CRESS/AL (Conselho Regional de Serviço Social/Alagoas)

articulação para viabilização de políticas e programas sociais de modo socialmente mais justo.

O princípio da equidade se articula à afirmação da igualdade no campo dos direitos quando a diversidade humana, as diferenças e as necessidades particulares são reconhecidas e consideradas na viabilização do acesso aos programas e políticas sociais. (CRESS/AL, 2018)

A articulação entre a equidade e igualdade social pode ser entendida em nossa concepção enquanto ferramentas de resistência, uma vez que a: “Equidade e igualdade são substantivos que compõem, necessariamente, projetos de sociedade de matizes humanistas” (AZEVEDO, 2013, p.132). Pois, no “capitalismo, a desigualdade estrutural das relações sociais erigidas sobre a apropriação privada dos meios de produção e dos frutos do trabalho atualiza e redimensiona modos particulares de desigualdade e da opressão” (CRESS/AL, 2018).

Em vista desse contexto, Mézáros (2002) nos mostra o papel da luta pela igualdade social nos marcos do capitalismo:

a condição prévia essencial da verdadeira igualdade é **enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando**, que a priori exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade (MÉSZÁROS, 2002, p. 289, grifo nosso).

A equidade social no capitalismo pode ser entendida por ser um horizonte de um novo marco social, que tanto quanto possível tenta reconhecer as particularidades e inserir na coletividade, por meio de um diálogo social crítico que reivindica e sugere implantação, mudanças, projetos e programas sociais que visam a melhoria do acesso aos direitos, aos bens e consumos e conseqüentemente a redução dos níveis de desigualdade social.

A equidade supõe que os indivíduos sociais sejam reconhecidos em suas diferenças e necessidades particulares, exatamente para que as diferenças não se transformem em desigualdades reais ou aprofundem as já existentes. (CRESS/AL, 2018).

Aqui se encontra a importância da manutenção das lutas sociais previamente orientadas e engajadas com tal discussão, a luta por equidade social no Brasil, o qual se configura enquanto um país periférico e subdesenvolvido, é urgente e de suma importância. Nesse sentido, estamos aqui compartilhando e construindo saberes que estão ligados a perspectiva teórico-crítico existente no interior da profissão. Sendo

assim, levando em consideração a trajetória sócio-histórica e ideopolítica da profissão, Boschetti nos apresenta uma nova perspectiva teórica acerca do princípio V do código de ética. Vejamos:

É com essa perspectiva que interpreto o princípio de equidade e justiça social preconizado no Código de Ética do/a Assistente Social. Como o compromisso com a igualdade substantiva, aquela que se realiza com a socialização da riqueza, aquela que se move pautada no projeto de construção de uma sociedade emancipada das relações capitalistas. (BOSCHETTI, 2013, p.69)

Para a autora, ao analisar o referente princípio e sua formação sócio-histórica, bem como a conjuntura política de sua criação e o direcionamento que nos apresenta o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), dentro da abstração teórica o princípio da equidade e justiça social está vinculado a construção da igualdade substantiva. Igualdade essa que somente poderá se concretizar com a supressão das forças capitalistas, transformando-se na emancipação humana.

A luta pela universalização dos direitos é possível, necessária e urgente. Mas é também insuficiente. A única forma efetivamente democrática de assegurar universalmente a igualdade substantiva é lutar incansavelmente, em todas as trincheiras, por uma sociedade em que a emancipação humana seja um projeto realizado. (BOSCHETTI, 2013, p.72)

A concepção de igualdade substantiva também é defendida por Mészáros (2011), o qual afirma que uma justiça realmente significativa só pode ocorrer com a supressão do modo de produção capitalista e a instauração plena da igualdade substantiva.

A condição preliminar do movimento na direção de uma ordem social justificável é mudar a ordem invertida que hoje predomina entre justiça e igualdade. A única maneira possível de realmente dar uma base à própria justiça, retirando-a do reino da mistificação ideológica e da manipulação cínica, é fazer com que a igualdade substantiva se torne o princípio eficaz de regulamentação de todas as relações humanas. [...] Em outras palavras, somente a igualdade substantiva pode ser a base de uma justiça significativa. (MESZÁROS, 2011, p. 305).

O alcance da igualdade substantiva (igualdade plena) requer a passagem da humanidade pelos processos de emancipação, que no sistema capitalista tende a se expressar pelo conjunto de estratégias sociais, políticas e jurídicas, nos limites da emancipação política, podendo construir um horizonte de derrocada do modo de

produção capitalista (MPC), com vistas a construção da emancipação humana. Nesse horizonte a emancipação política compreende em nossa concepção a “forma pela qual o indivíduo burguês se insere numa comunidade política” (SANTOS, 2016, p.11). Sendo assim, a emancipação política é uma ferramenta de acesso ao poder político no sentido das participações e escolhas ofertadas dentro das margens do MPC, ou seja, é uma ferramenta ativa de participação e construção coletiva da vida social dentro dos marcos capitalistas. A luta pela emancipação política é uma luta necessária ainda que a mesma nos proporcione uma “falsa liberdade”, limitada e alienadora, tendo como principal regulador o Estado.

Partindo desse ponto de vista crítico-dialético, Santos embasado na teoria marxista/marxiana, nos alerta que: “Os limites da emancipação política estão dados pela própria forma como ela se estrutura. Não se trata da liberdade humana, mas, de uma liberdade para o Estado” (2016, p.17). Assim, o Estado ganha materialidade concreta nos meios que visam a produção e reprodução da vida social, tendo em vista que é por meio da liberdade ainda que restrita que a humanidade faz suas escolhas, nestas circunstâncias essa instituição passa a ser “a mediadora entre o homem e a liberdade do homem (MARX, 2010b, p.39.)

Essa concepção nos leva ao encontro de uma contradição existente na relação capital/emancipação, uma vez que ao mesmo tempo que a emancipação política nos aproxima ainda mais do capital, ela pela atuação das lutas sociais pode criar caminhos que iluminam a trilha a ser percorrida para o alcance da emancipação humana.

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de **emancipação real, de emancipação prática**. (MARX, 2010b, p.41, grifos meus).

Marx (2010b) afirma a importância da emancipação política, que nessas condições sociais, ideológicas, culturais e econômicas se tornam a nossa emancipação humana concreta/prática. Entretanto, esse fato compõe uma parte da luta pela emancipação humana uma vez que nosso objetivo é a libertação da humanidade de todo tipo de opressão e exploração, alcançando assim a plena emancipação humana.

Nesse ponto de vista, a emancipação humana “é aquela que permite a absorção do cidadão abstrato pelo homem individual, que faz deste, em sua vida cotidiana, um ser genérico solidário com os seus semelhantes” (SANTOS, 2016, p.18). A estrutura sociopolítica e econômica do sistema capitalista inviabiliza a emancipação humana, necessitando a humanidade a busca de caminhos que favoreçam a outro tipo de relação social. Marx nos alerta que a:

[...] emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (MARX, 2010b, p.54)

Marx (2010b) afirma a necessidade de a humanidade retornar as suas raízes, e retorna a sua raiz para o autor e para si mesmo. Esse processo reflexivo levaria a humanidade ao reconhecimento de si enquanto coletivo e conseqüentemente a sua posição dentro das entranhas do tecido social, reconhecendo seu papel de agente de transformação da realidade social e por meio da organização das forças sociais reconhecida fazer das forças políticas seu ideal de transformação.

É partindo dessa concepção que a categoria profissional do serviço social, empenhados na elaboração do código de ética da profissão de 1993, insere a emancipação e a liberdade enquanto princípios fundamentais e centrais para o exercício profissional. “I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993, p. 23).

É neste contexto que queremos rerepresentar o conceito da questão ambiental e trazer para o debate um dos possíveis se não o mais importante, ponto que a teoria ecossocialista possa contribuir para o fomento da produção de conhecimento crítico no serviço social, a noção do conceito ampliado de justiça socioambiental.

Hegemonicamente no interior da profissão, a questão ambiental é conceituada enquanto a “incapacidade do planeta de prover indefinidamente, os recursos necessários a reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo”. (SILVA, 2010, p. 67). A questão ambiental no serviço social aqui apresentada é pensada a partir do senso crítico que visualiza no

modo de produção capitalista o grande ponto de clivagem que ocasiona e aprofunda a questão ambiental em todo o mundo.

O debate acerca da temática no interior da profissão, afirma que somente com o fim do sistema capitalista que poderemos pensar em alternativas concretas que visem a produção de políticas de preservação ambiental de forma transversal a linha de produção e reprodução de bens e consumos. Nesse sentido, “O problema ambiental se materializa através das forças produtivas, ou seja, onde se dá a relação entre o homem e a natureza, ou mais especificamente, entre a força de trabalho e os meios de produção” (CASSETI, 1991, p. 09).

Nos interessa nesse momento refletir sobre os limites da compreensão ofertada pelo Serviço Social acerca da questão ambiental, frente a proposta ecossocialista sobre a justiça socioambiental, como também, refletir os limites de sua compreensão e suas contribuições para a realidade concreta. A teoria ecossocialista:

traz um conteúdo diferente do ambientalismo tradicional. Suas análises não deixam de compreender o mundo como resultante de contradições de interesses, de uma luta entre classes, que vai adentrar os modelos de produção e consumo que condicionam milhões de seres humanos. (BARBOSA, 2008, p.01).

A proposta ecossocialista pode ser caracterizada enquanto radical pois, toma a problemática pela raiz, nos termos marxianos. Sua proposta engloba a totalidade das expressões da vida social e sua relação com o meio ambiente, a exemplo de: moradia, cidadania, lazer, esporte, transporte entre todas as outras partes que compõem a vida humana, interligadas às questões ambientais tais como; saneamento, crise hídrica, desmatamento das áreas verdes, poluição do ar entre tantas outras. Mas, o que a diferencia do chamado ambientalismo tradicional é, em primeira instância, a sua crítica ao modo de produção capitalista (MPC), e, em segunda instância, o seu projeto societário de superação do MPC.

Como já discutimos nos capítulos anteriores, a teoria ecossocialista está intrinsecamente ligada à teoria socialista, com severas ressalvas ao produtivíssimo encontrado na experiência do socialismo real. Desse modo, “Os(as) militantes ecossocialistas defendem o fim do modo de produção capitalista e a criação de uma nova realidade com justiça, igualdade e sustentabilidade: “o Socialismo.” (cartilha ecossocialista, p. 02)

Logo, pensar em um conceito sobre justiça socioambiental dentro do conceito ecossocialista levando em consideração todo seu aporte teórico, se torna um grande desafio. No entanto Neto e Grass, inspirado em Cabral Balim (2015) nos revelam que;

a justiça socioambiental consiste na justiça que visa a superar o modelo de desenvolvimento embasado sob a lógica capitalista, lógica essa que adota padrões ambientais distintos em diferentes locais e que impõe às regiões menos desenvolvidas e aos grupos sociais marginalizados e de menor renda, o ônus maior dos riscos e impactos ambientais. A justiça socioambiental busca recolocar a sociedade nas lutas pelo seu desenvolvimento humano sadio e digno, numa perspectiva que considera o indivíduo e o meio ambiente que o envolve. (NETTO; GASS, 2017, p. 09)

Aqui se encontra um ganho conceitual se compararmos com o conceito de justiça social que o Serviço Social vem trabalhando, uma vez que a definição ampliada de justiça socioambiental ofertada pelos ecossocialistas engloba todas as abordagens realizadas pela profissão, tais como: todas as expressões da questão social, seja ela na área social ou ambiental. Nesse sentido, podemos afirmar que há uma unificação da abordagem sem que haja as perdas de suas especificidades, entretanto, tal unificação organiza e direciona um plano teleológico as estratégias de uma luta revolucionária, que se inicia nos marcos dos moldes do capital e se concretiza com sua superação.

Em nossa compreensão o debate da questão ambiental apreendido pelo Serviço Social converge diretamente com a teoria elaborada pelos ecossocialistas, uma vez que, ambas partem da mesma matriz teórica, o marxismo. Ambas acreditam que a superação da questão ambiental só poderá ser uma realidade com a supressão do modo de produção capitalista e possuem o socialismo como alternativa de relação social. Entretanto, a localização de onde é produzido o conteúdo é diferente, o Serviço Social produz seu conhecimento acerca da temática a partir de suas experiências profissionais históricas, vinculadas ao seu projeto ético-político profissional.

Esse fato, faz com que trabalhem a questão ambiental sendo um recorte da realidade social, tal movimento em nossa compreensão pode interferir na fluidez teórica das possibilidades de abordagem e conexão com a realidade concreta, ocasionado a fragmentação teórica quando o objetivo é organizar a luta para a superação do MPC. Todavia, sua produção de conhecimento é notória uma vez que sua produção contribui de forma convergente para o desvendar das raízes que estruturam a questão ambiental.

Os seus limites estão vinculados a sua própria natureza, uma vez que o Serviço Social é uma categoria profissional onde a teoria por ela produzida tem objetivo de intervir na realidade concreta. Desse modo, não cabe a essa categoria ser a protagonista da teoria revolucionária, apenas cabe a ela iluminar com base na sua teoria a realidade a qual é objeto de sua intervenção profissional.

A teoria ecossocialista se localiza no pensar filosófico e sociológico, em um pensar internacional, que ultrapassa e uni as mediações de todas as categorias profissionais. Esse movimento se dá devido a sua própria natureza, a qual consiste em sua teoria, formar um projeto societário alternativo em oposição ao projeto societário do capital, no momento em que os ecossocialistas propõem seu pensar enquanto um projeto societário, cabe a essa teoria elaborar a teoria que irá impulsionar a revolução.

Vale aqui ressaltar, que a teoria ecossocialista se trata de uma utopia concreta, não prendendo assim, somente ao plano teleológico. Utilizando de seu arcabouço teórico podemos de forma imediata pôr em prática algumas ações combativas ao capital, conforme afirmar Münster (2013):

A corrente ecossocialista, como utopia concreta, não fica restrita apenas a debates de projetos futuros e planos de governos, seu planejamento e estratégia envolvem ações imediatas identificadas como emergências para a justiça socioambiental, seja propondo soluções para problemas concretos, seja refutando falsas soluções. Nesse sentido, umas das ações ecossocialista é se opor radicalmente a grandes projetos inúteis e ao desmatamento florestal (MÜNSTER, 2013, apud, RODRIGUES, 2015, p.88).

Nessa perspectiva, a Rede Brasileira de Ecossocialistas, sustenta o compromisso imediato com a diversidade societária existente em uma perspectiva para além do capital. Reafirma seu compromisso internacional pela luta contra todo tipo de discriminação e ergue as bandeiras de luta a favor dos direitos sociais.

Lutamos por um tempo onde a diversidade social é fruto da livre determinação de pessoas e povos. As diferenças culturais, étnicas, de raça, de gênero e de opção sexual não podem jamais ser instrumento de negação de igualdade de direitos sociais. Enfim, a rede de ecossocialistas é formada por pessoas que dedicam suas vidas para defender a vida, contra a barbárie e pela paz no planeta. (BARBOSA, 2008, p. 18).

Apesar da teoria ter seu viés prático, seus limites estão vinculados em nossa perspectiva em duas vias. O primeiro está vinculado a comunicação, a produção do conhecimento ainda perpetua na mão de uma pequena elite de intelectuais europeia,

assim dificultando a disseminação de sua proposta, uma vez que o motor da revolução é classe subalterna. A segunda via, está vinculada a realidade concreta, ou seja, ao momento histórico de plena expansão e perpetuação do modo de produção capitalista, não podemos deixar de lembrar que a teoria ecossocialista está sendo gestada dentro das as amarras do capital, esse fato nos leva a severas limitações e perigos.

Como já mencionado nesse capítulo a produção teórica elaborada pela corrente crítica no interior do Serviço Social pactua com a teoria socialista e visualiza nela o projeto societário alternativo, ou seja, para o Serviço Social a teoria socialista se dá como um fim. A teoria ecossocialista também visualiza o socialismo enquanto um projeto societário alternativo, mas, diferente do serviço social, o ecossocialismo retoma a experiência do socialismo real e realiza concretas críticas ao viés produtivista, que em um dado período histórico se teve, esse movimento faz com que a teoria ecossocialista revista-se do socialismo, mas, ao mesmo tempo o ultrapasse, utilizando-o como um meio.

Esse fato fortalece sua principal pauta, a justiça socioambiental, signo que o diferencia da teoria socialista tradicional, e é justamente essa diferencia que o proporciona a elaboração do conceito de justiça socioambiental de cunho para além do capital. Torna-se compreensível em nossa análise que o conceito de justiça socioambiental apresentado pelos ecossocialistas, demonstra pontos de convergência teórica que viabiliza as possibilidades de introdução da teoria aqui discutida ao Serviço Social, nos fornecendo fundamentos teóricos, políticos e metodológicos que podem facilitar a passagem histórica da justiça social e a justiça socioambiental no interior da profissão.

Por fim, tamanha questão demonstra uma concreta compatibilidade de viés, político, econômico, teórico, social e ideológico existente entre o projeto societário da teoria ecossocialista e o serviço social, nessa perspectiva, encontramos margens que podem ajudar para o fortalecimento do projeto ético-político profissional do serviço social, uma vez que, a luta por outro de sociabilidade pode até iniciar em um projeto profissional, mas, sua efetivação pressupõem um projeto coletivo maior – um projeto societário.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com a presente pesquisa responder à pergunta: Quais os pontos de convergência entre a teoria produzida no interior do Serviço Social e a teoria ecossocialista? Que forma a teoria ecossocialista pode contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social? Através da pesquisa bibliográfica observamos que o processo histórico da profissão no Brasil a partir da década de 1960 até os dias atuais sofreu profundas modificações em sua concepção teórica, tendo como principal mudança a sua matriz teórica que passa a ter o marxismo como principal fonte do pensar profissional.

Ao pesquisar os pontos de convergência aqui em evidência, buscamos apreender a questão socioambiental enquanto resultante da “questão social”. Para validação de tamanha proposta, demonstramos o significado da “questão social” e suas expressões para o exercício profissional dos assistentes sociais. Para tal legitimação foi necessário recorrer a autores como Castel (1998), (2000), Rosanvallon (1998), Santos (2008), Marx (1984), (2014), Netto (2001), Iamamoto e Carvalho (2014), que nos forneceram suporte teórico, metodológico e político acerca da questão levantada.

Foi a partir da problematização de algumas determinações que estruturam a questão socioambiental como parte integrante da “questão social” que nos aproximamos da apreensão de seus fundamentos intrínsecos ao movimento de desenvolvimento capitalista, e em particular à suas determinações mais recentes, a partir da crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011). Partindo desses fundamentos, avançamos na discussão sobre como o Serviço Social e a perspectiva ecossocialista apresentam formas de apreensão da questão socioambiental, tendo como ponto metodológico de ancoragem o marxismo.

O caminho científico por nós percorrido a luz do materialismo histórico-dialético, possibilitou identificar alguns pontos de convergência existentes na relação entre Serviço Social/ecossocialismo tais como: na área macroscópica, a abordagem da questão ambiental, enquanto resultante do modo de produção capitalista, a teoria marxista e o socialismo, para além disso. Na área microscópica; temos as categorias que visam em ambas as teorias a sua efetivação para além do capital como a democracia, a justiça, a igualdade social, e a emancipação e distribuição dos bens e consumo socialmente produzidos.

A abordagem comparativa executada no último capítulo dessa pesquisa, entre a justiça social e a justiça socioambiental, tendo como intermediárias as categorias de justiça, igualdade, equidade, emancipação política e humana, demonstrou ainda que em parte a riqueza conceitual ofertada pela teoria ecossocialista e sua compatibilidade com a abordagem do Serviço Social, apresenta uma unificação das temáticas, sem que haja perda das especificidades. No que se refere ao fortalecimento do projeto ético-político profissional da categoria em questão foi identificada uma compatibilidade real/concreta nos viés ético-político, social, econômico e teórico-metodológico entre ambos os campos.

Por fim, a presente pesquisa atingiu seus objetivos, uma vez que, sua principal orientação estava relacionada a identificar a existência de **pontos** de convergência entre a teoria elaborada pelo Serviço Social e a teoria ecossocialista, para que assim pudéssemos afirmar se a teoria ecossocialista pode contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social. Diante da escassa produção sobre o tema<sup>50</sup>, tratou-se, entretanto, de um movimento de aproximação e que deve ser melhor adensado com outras pesquisas, inclusive em nível no âmbito da produção da pós-graduação *strictu sensu* (mestrado/doutorado).

---

<sup>50</sup> Em verdade, não identificamos nenhuma produção que oferecesse essa tentativa de articulação, o que demonstra, no mínimo, a escassez de produção sobre o tema ou a pouca visibilidade que ele tem adquirido na produção teórica da área. Pelas duas razões entendemos, inclusive, a necessidade de maiores esforços nesse campo de investigação.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- ABRANCHES, Sérgio. A COP15: apontamentos de campo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24 n. 68, fev. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/FFCQrDYN4jnKjZynpxrFTPs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de ago. 2022.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Igualdade e Equidade: qual é a medida da justiça social? **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 129-150, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/PsC3yc8bKMBBxzWL8XjSXYP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.
- BAIRRO, Emilene Oliveira; BULLA, Leonia Capaverde. A teoria de marx e sua contribuição para a formação crítica do serviço social brasileiro. *In*: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 8., 2017, Maranhão. **Anais eletrônicos [...]**. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/ateoriademarxesuacontribuicaoparaaformacaocriticadoservicosocialbrasileiro.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.
- BALIM, Ana Paula Cabral. **A justiça socioambiental e o direito ao desenvolvimento (sustentável): da dialética relação ao paradigma de reconstrução de um novo direito e justiça**. 2015. Dissertação (Mestrado) – curso de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6386/BALIM%2c%20ANA%20PAULA%20CABRAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 set. 2022.
- BARBOSA, Gabriela. **A Crise Ambiental Planetária e o Ecosocialismo**. Fortaleza/CE: Associação Alternativa Terrazul, 2008. Disponível em: [http://www.alternativaterrazul.org.br/wpcontent/uploads/2011/08/Cartilha\\_Ecosocialismo.pdf](http://www.alternativaterrazul.org.br/wpcontent/uploads/2011/08/Cartilha_Ecosocialismo.pdf). Acesso em: 07 set. 2022.
- BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <https://sstransformandorealidades.files.wordpress.com/2014/09/codigo-de-etica-comentado.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.
- BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod\\_resource/content/2/Bottomore\\_dicion%C3%A1rio\\_pensamento\\_marxista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf). Acesso em: 04 set. 2022.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 24 jun. 2021.

BRITES, Cristina. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. **GRESS-AL**, Alagoas: 12 nov. 2018. Disponível em: <http://www.cress16.org.br/noticias/confira-mais-uma-publicacao-da-serie-de-textos-daagenda-do-assistente-social-2018-2>. Acesso em: 17 out. 2022.

CASSETI, Valter. A essência da questão ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 1-23, jan./dez. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/4380/3829>. Acesso em: 19 out. 2022.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/09/As-Transforma%C3%A7%C3%B5es-da-Quest%C3%A3o-Social-Robert-Castel.pdf>. Acesso em 20 set. 2022.

COLLA, Ana Cláudia. **A noção de justiça do Serviço Social brasileiro**. 2019. Dissertação (Mestrado) – curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215157>. Acesso em: 19 out. 2022.

COSTA, Rizete Serafim; LIMA, Tatiane Michele Melo; NASCIMENTO, Élide Maria. **Serviço social e questão ambiental**: as atribuições do assistente social em tempos de reestruturação do capital. Pernambuco: CBAS, 2016. Disponível em: [https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos\\_artigos/0475.pdf](https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/0475.pdf). Acesso em: 18 nov. 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 28. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 79-108. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.). **Governança Ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016, p. 13-43. Disponível em: <file:///C:/Users/Hertz%20Inform%C3%A1tica/Downloads/GovernancaambientalnoBrasilIPEA.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxtZX>

RvZG9sb2dpYWNpZW50aWZpY2EyMDE4cGVkfGd4OjJjNTQyOGQ2MGRmYmJmZjQ. Acesso em: 24 nov. 2021.

GURGEL, Ferdinanda Fernandes. **Questão ambiental:** um espaço para atuação do assistente social. Pernambuco: CBAS, 2016. Disponível em: [https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos\\_artigos/0202.pdf](https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/0202.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, jan./jun. 2001. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em: 12 maio 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-226, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603/9729>. Acesso em: 20 maio 2021.

LIMA, Rômulo André. A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas. *In:* Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 37., 2009, Paraná. **Anais eletrônicos [...]**. Paraná: ANPEC, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6338428.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LIMA, Rômulo André. A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas. **Leituras de Economia Política**, Campinas, p. 87-110, jun. 2010. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3127/07%20ROMULO.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, p. 79-86, jan./abr., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19492/12586>. Acesso em: 05 jan. 2021.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/livro-ecologia-e-socialismo-michael-lowy-pdf-free.html>. Acesso em: 07 ago. 2022.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2016/12/ff130318ae9d9b74571de73bdc7d1509.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/2020.1/estagio-supervisionado-ii/Bibliografia/complementar/MARTINELLI-%20M.%20Lucia.%20Servico%20social%20-%20identidade%20e%20alienacao.pdf/view>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MARX, Karl. **O capital: critica a economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O capital: critica a economia política**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b. Disponível em: <https://beneweb.com.br/resources/Sobre%20a%20questao%20judaica%20-%20Marx.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Freidrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 2013.

MELLO, Fátima; LEROY, Jean Pierre. Análise: rumo à Rio+20. **Fundação Heinrich Böll Stiftung**, Rio de Janeiro, 14 set. 2011. Disponível em <http://www.br.boell.org/web/50-1288.html>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

MENDES, Raquel de Oliveira; SANTOS, Josiane Soares. A questão ambiental como expressão da “questão social”: algumas notas sobre a temática. *In: Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental*, 1., 2011, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2011.

MÉSZARÓS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MÉSZARÓS, István. **Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>. Acesso em: 29 jan. 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETO, Joaquim Maia; GASS, Ildo Bohn. **Justiça Socioambiental Conceitos e Reflexões**. São Leopoldo: CEBI, 2017. Disponível em: <https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/cebi.org.br/wp-content/uploads/2017/08/24123617/PNV353-Extrato.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.

NETTO, José. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999. Disponível em: [https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_.pdf](https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf). Acesso em: 07 jun. 2021.

NETTO, José. Cinco Notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf) Acesso em: 25 nov. 2020.

NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José. **O que é marxismo?** São Paulo: Brasiliense, 2006. Disponível em: <http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Neto,%20Jose%20Paulo/O%20que%20e%20marxismo.pdf> Acesso em: 18 maio. 2021.

PEREIRA, Jéssica Aparecida; GROSSI, Mônica. **Questão Ambiental e Serviço Social**: desafios em tempos de crise do Capital. Pernambuco: CBAS, 2016. Disponível em: [https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos\\_artigos/1003.pdf](https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/1003.pdf) Acesso em: 20 nov. 2020.

RAFAEL, Paula Raquel Bezerra. **A questão ambiental e a intervenção do serviço social nos programas socioambientais das empresas**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9634> Acesso em: 13 jul. 2021.

RAMOS, Cinthia Leticia; FARIA, José Henrique de. Poder, ideologia e alienação: a construção do real e do imaginário na organização. *In*: Encontro da ANPAD, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/diversos/down\\_zips/68/2013\\_EnANPAD\\_EOR493.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/68/2013_EnANPAD_EOR493.pdf). Acesso em: 12 nov. 2020.

RODRIGUES, Arlindo Manuel Esteves. **Ecosocialismo: uma utopia concreta estudo das correntes ecosocialistas na França e no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado) – curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3613/1/Arlindo%20Manuel%20Esteves%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

RODRIGUES, Arlindo. O ecosocialismo é uma proposta concreta. **Teoria e Debate**, São Paulo, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2021/12/10/o-ecosocialismo-e-uma-proposta-concreta/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “Questão social” no capitalismo brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível

em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-60638/particularidades-da-questao-social-no-capitalismo-brasileiro>\_Acesso em 15 dez. 2021.

SANTOS, Josiane Soares; ACIOLY, Yanne Angelim. A privatização das águas no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 122, p. 250-274, abr./jun., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0250.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SANTOS, Lourival Santana; ARAÚJO, Ruy Belém de. **História Econômica Geral e do Brasil**. São Cristóvão: UFS, 2016. Disponível em: < [https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10264518102016Historia\\_economic\\_a\\_geral\\_e\\_do\\_brasil\\_Aula\\_03.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10264518102016Historia_economic_a_geral_e_do_brasil_Aula_03.pdf) Acesso em: 04 set. 2022.

SARTORI, Vitor Bartoletti. Apontamentos sobre justiça em Marx. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, Ceará, v. 37.1, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/3056/30837> Acesso em: 28 out. 2022.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod\\_label/intro/SEVERINO\\_Metodologia\\_do\\_Trabalho\\_Cientifico\\_2007.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf) Acesso em: 13 jan. 2021.

SILVA, Elayne Sousa da. O processo de renovação do serviço social: uma reflexão panorâmica da tendência modernizador. *In*: CONEXÃO UNIFAMETRO: SEMANA ACADÊMICA, 15., 2019, Ceara. **Anais eletrônicos** [...]. Ceara: Conexão Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/5da49909-fd0c-487a-b221-042c43cda1d7-template-resumo-expandido-conexao19pdf.pdf> Acesso em: 09 ago. 2022.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio éticopolítico ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Silvana Crisostomo da. **Produção de conhecimento do serviço social sobre a questão ambiental**: uma análise de seus fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17466/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20SILVANA%20CRISOSTOMO%20DA%20SILVA%202015.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

TAVARES, Rosilene Aparecida. As dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do serviço social no trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 4, Edição especial, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/1541/1744> Acesso em: 01 jul. 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf). Acesso em: 30 maio 2021.

TONET, Ivo. O que o socialismo é. *In*: TONET, Ivo. **Sobre o socialismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: [http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/SOBRE\\_O\\_SOCIALISMO.pdf](http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/SOBRE_O_SOCIALISMO.pdf) Acesso em: 10 jul. 2021.

VALENÇA, Marcela. **Capitalismo contemporâneo, produção destrutiva e elo ambiental**: a direção social dada pelas organizações da sociedade civil ao trato da problemática do lixo urbano. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de pós-graduação em Serviço Social. Recife, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9887>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ZACARIAS, Rachel. O processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental: uma visão crítica. *In*: Circuito de Debates Acadêmicos, 1., 2011, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo11.pdf> Acesso em: 20 maio. 2022.